

ADEMAR KYOTOSHI SATO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, OLIGOPOLIO
E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

ANEXO METODOLÓGICO

"APRENDIZADO DE MARSHALL, MARX
E DE SCHUMPETER"

(Edição não definitiva para discussão, - sujeita a modificações e correções)

1976

ANEXO METODOLÓGICO

APRENDIZADO DE MARSHALL, MARX E DE SCHUMPETER

ANEXO "A": APRENDIZADO DE MARSHALL

1. VIÉS MICROECONÔMICO
2. DA INCORPORAÇÃO DA ESTÁTICA À DINÂMICA
3. DA INTEGRAÇÃO MICRO-MACRO

ANEXO "B": APRENDIZADO DE MARX

1. VISÃO DE MARX: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO
2. CARÁTER DA METODOLOGIA MARXISTA
3. MODO DE PRODUÇÃO VERSUS FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

ANEXO "C": APRENDIZADO DE SCHUMPETER

1. POSTURA ANALÍTICA ECLÉTICA
2. DESENVOLVIMENTO E TEORIA DOS CICLOS
3. CRIAÇÃO DE VALOR, DESTRUIÇÃO CRIADORA E OLIGOPOLIZAÇÃO

ANEXO "A"

APRENDIZADO DE MARSHALL

1. VIÉS MICROECONÔMICO

2. DA INCORPORAÇÃO DA ESTÁTICA À DINÂMICA
 - 2.1 Os três tipos de Equilíbrio
 - 2.2 O Processo de Ajuste
 - 2.3 A Ficção do Estado Estacionário

3. DA INTEGRAÇÃO MICRO-MACRO
 - 3.1 Firma Representativa
 - 3.2 Sistema em Movimento
 - 3.3 Noção de "Margem"

1. VIÉS MICROECONÔMICO

No Capítulo I, vimos as reiteradas advertências de Marshall quanto à impropriedade da análise estática. Ele afirma que a teoria estática do equilíbrio é uma mera introdução aos estudos econômicos e que todas as referências a uma quietude econômica são provisórias, pois as chamadas "condições normais" sempre dizem respeito a uma situação de progresso, em que a tendência ao rendimento crescente aparece como uma premissa implícita. Diz que o uso de "coeteris paribus" é um artifício analítico que deve ser abandonado logo após a sua aplicação discriminada, servindo apenas para dar fixidez às idéias e ilustrar determinadas premissas do raciocínio.

Por outro lado, ele assinala também que, quanto mais se reduz o campo de análise, para que os elementos individuais componentes de um todo determinado possam ser melhor examinados, maior é o perigo de se perder a perspectiva do real. De fato, o método de desagregação só pode ser considerado como um procedimento formal para elucidar o problema maior em que as pequenas questões individuais estão contidas.

Então, por que a maioria dos discípulos de Marshall desgarrou-se pelo viés microeconômico, sem conseguir livrar-se dos vícios da análise estática, muitos deles formulando postulados tipicamente "kitschianos"? Teria sido uma insuficiência ou acomodação intelectual dos discípulos, ou a própria metodologia marshalliana estaria a conter defeitos congênitos, de tal forma a impedir a correta interpretação da realidade?

Essa indagação é de difícil resposta e não será nos limites deste trabalho que ela será alcançada. De todo modo, como qualquer intento de estabelecer um nível equivalente de comparação entre as abordagens do Marshall e do Marx, bem como de

seus seguidores, não se pode prescindir de alguma elucidação preliminar sobre esse "nó górdio", esboçaremos algumas noções básicas esclarecedoras.

2. DA INCORPORAÇÃO DA ESTÁTICA À DINÂMICA

2.1 - Os Três Tipos de Equilíbrio

A Interpretação Dúbia

A intenção de Marshall em romper os limites da análise estática pode ser observada no seu esforço de caracterizar os mecanismos que movem o processo, através dos quais se realizam os ajustamentos e os desajustamentos, em torno de um determinado valor de mercado, em vez de restringir-se a uma mera definição das condições que estabelecem uma situação de equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado, no capítulo inicial do livro V, onde ele estuda as "relações gerais entre a procura, a oferta e o valor" encontramos o seguinte enunciado:

"... os mercados diferem pelo tempo requerido para que as forças de procura e de oferta se equilibrem reciprocamente, assim como pela área na qual eles se estendem. No momento faz-se mister uma atenção muito mais cuidadosa para o elemento Tempo, do que para o Espaço. Pois, a natureza do equilíbrio e as causas que o determinam dependem da duração que se supõe ter o mercado. Veremos que, se o período é curto, a oferta se limita às provisões que estejam à mão; se o período é maior, a oferta será mais ou menos influenciada pelo custo de produção da mercadoria em questão; e se o período é muito longo, es

te custo, a seu turno, será influenciado pelo custo de produção do trabalho e dos materiais exigidos para a produção da mercadoria" (1).

Essa afirmação tem provocado dubiedades na sua intenção. Convencionalmente, tem-se entendido que Marshall vislumbra três diferentes tipos de ajuste - a curto, a médio e a longo prazos - e em função disso, a teoria econômica se vê retalhada em três partes separadas, cada uma correspondendo a diferentes tipos de equilíbrio a saber:

- a) o equilíbrio temporário;
- b) o equilíbrio normal a curto prazo;
- c) o equilíbrio normal a longo prazo.

Frisch, por exemplo, no seu conhecido artigo (2), concebe a abordagem marshalliana como um sistema de três pêndulos mutuamente conectados (C é conectado em B, este em A, que por seu turno está conectado a um ponto de suspensão), sendo que a distância C-B é a mais curta que a distância B-A; a distância de A ao ponto de suspensão é a mais longa. O ponto A, isto é, o extremo da distância mais longa, representa o equilíbrio a longo prazo; o ponto B, o extremo da distância intermediária, conectado ao A e ao C, representa o equilíbrio normal a curto prazo (o equilíbrio a médio prazo) e o ponto C, o extremo final, o equilíbrio temporário (ou o equilíbrio a curto prazo).

O Equilíbrio Temporário ou a Teoria de Compra e Venda a Vista

O equilíbrio temporário equivale praticamente à teoria de compra e venda. Diz Marshall:

"a porção que cada fazendeiro e outros vendedores oferecem à venda a qualquer preço é determinada pe

la sua própria necessidade de dinheiro em mão, e pelo cálculo das condições presentes e futuras da praça à qual estão ligados. Há preços que nenhum vendedor aceitaria, e outros que nenhum recusaria. Há outros preços intermédios que seriam aceitos para maiores ou menores quantidades, por muitos ou por todos os vendedores. Cada qual faria conjecturas sobre a situação do mercado e guiar-se-ia de acordo" (3).

Nessas condições, o preço de equilíbrio é aquele que igualaria exatamente a procura e a oferta, se tivesse sido fixado desde o começo e mantido durante todo o tempo. Em outras palavras, a quantidade que os compradores estivessem dispostos a comprar a esse preço seria exatamente igual àquela pela qual os vendedores aceitariam vender pelo mesmo preço.

Como, de fato, se efetua a transação de compra e venda, supõe-se que enquanto durou a transação (que pode ser um dia, alguns dias ou até algumas semanas, mas, de todo modo, a curto prazo) se tenha estabelecido o equilíbrio - o equilíbrio temporário -, e o preço mediante o qual se realizou a transação é o preço de equilíbrio. Pode-se notar, como decorrência lógica do próprio conceito do tipo de equilíbrio que se assumiu e do preço de equilíbrio como sendo o de mercado, que não há "ajuste de quantidades" no período.

De fato, no intervalo de tempo considerado, não há possibilidade de qualquer mudança na disponibilidade de fatores da produção: o estoque de mercadorias em mão é um só, determinado pelas produções anteriores.

O Equilíbrio Temporário e a Influência da Procura

Note-se que o preço de mercado, ou o preço a vista, não é fixado arbitrariamente para se tornar preço de equilíbrio. Por parte da oferta, o estoque disponível é influenciado

pela expectativa dos produtores sobre o preço que obteriam na presente temporada, sendo que esse preço, por seu turno, é diretamente afetado pelas estimativas de despesas de produção de novas quantidades. Não obstante, Marshall ainda adverte:

"A teoria da compra e venda se torna, portanto, muito mais complexa, quando levamos em conta a dependência em que a utilidade marginal está da quantidade, quer se trate de dinheiro, quer de mercadoria" (4).

E complementa mais adiante:

"Em geral, quanto mais curto o período que consideramos, maior a quota de atenção que deveremos dar à influência da procura no valor; e quanto maior o período, mais importante será a influência sobre ele, do custo de produção. Pois a influência das alterações no custo de produção leva geralmente mais tempo para se fazer sentir inteiramente do que a influência das variações de procura. O valor efetivo, em certo momento, valor de mercado como é comumente chamado, é frequentemente mais influenciado por acontecimentos passageiros e por causas, cuja ação é inconstante e transitória, do que pelas que atuam persistentemente. Mas, em períodos longos, estas causas intermitentes e irregulares, em grande parte, se anulam umas às outras, de sorte que num longo decurso, as causas constantes dominam completamente o valor. Mesmo as causas mais persistentes estão, todavia, sujeitas a variações. Com efeito, a estrutura total da produção é modificada e os custos relativos de produção de diversas coisas estão se alternando permanentemente, de uma época para outra" (5).

O Equilíbrio Normal, Preço, Custo e Ajustes

Assim vemos que, no caso do "equilíbrio normal" o, "preço normal" sempre se refere a uma dada quantidade de produção que se ajusta em função do confronto "preço de oferta versus preço de procura".

Do lado da oferta, esse preço é estimado como aquele cuja expectativa é suficiente, e apenas suficiente, para induzir à produção de uma determinada quantidade. O limite máximo da produção está no custo de produção dos que estão na margem da não produção, isto é, só se deixa de produzir quando a expectativa do preço é tal que não cobre o custo marginal.

Agora, esse preço de oferta só se torna "preço normal de equilíbrio" quando o preço da procura é a ele igualado e a quantidade produzida não tende nem para aumentar nem para diminuir. Quando a quantidade produzida numa unidade de tempo é tal que o preço da procura é maior que o preço de oferta, se sente uma tendência ao aumento da quantidade posta a venda. Quando a quantidade produzida é tal que o preço da procura é menor que o da oferta, há uma tendência à diminuição da quantidade entregue ao mercado, graças à desistência daqueles que estão na margem da dúvida sobre se lhes convém continuar produzindo.

2.2 - O Processo da Ajuste

Ajuste a Curto e a Longo Prazo

Por outro lado, a diferenciação entre "equilíbrio normal a curto prazo" e a "longo prazo" reside na natureza do processo de ajuste que se opera dentro do período de tempo, que se estima necessário e suficiente para igualar a oferta à procura.

O primeiro caso se refere a uma situação em que a quantidade ofertada depende somente dos fatores produtivos existentes no período dado, ao passo que no segundo, a quantidade ofertada é função da modificação dos fatores produtivos. Em suma, o "equilíbrio normal a curto prazo" diz respeito ao período de tempo que se estima necessário e suficiente para ajustar os fatores de produção à procura, ao passo que o a "longo prazo" supõe que os fatores produtivos desses fatores de produção diretos - ou seja, equipamentos, instalações, bens de capital de maneira geral - possam ser produzidos e montados em condições remuneradoras.

Nas palavras do próprio Marshall encontramos o seguinte:

"(A curto prazo) a oferta de aptidões e habilidades especializadas, de maquinaria adequada e demais capital material e da organização industrial apropriada, não tem tempo para se adaptar inteiramente à procura, e assim os produtores têm que ajustar a sua oferta à procura, da melhor maneira possível, como aparelhamento já à disposição. De um lado, não há materialmente tempo para aumentar esses instrumentos, se a oferta deles é deficiente e, de outro, se a oferta é excessiva, alguns deles podem ficar imperfeitamente utilizados, de vez que não há tempo para a oferta ser muito reduzida por uma baixa gradual e pela conversão para outras aplicações. As variações na receita em particular derivada desses fatores não afetam perceptivelmente a oferta, no momento, e não afetam diretamente o preço das mercadorias produzidas por eles. Esta receita é um saldo das receitas totais sobre o custo primário, e quando ela não chegar a cobrir, num longo período, uma boa parte dos custos gerais de administração, a produção cairá paulatinamente... Por outro lado, em longos períodos, todas as aplicações de capital e

de esforço no preparo da instalação material e da organização da empresa e na aquisição de conhecimentos e de habilidade especializada para o negócio, têm tempo para se ajustar às receitas que se espera retirar delas. E a avaliação destas receitas governa, pois, diretamente, a oferta, e é o verdadeiro preço de oferta de longo período para as mercadorias produzidas" (6).

Sistema Único em vez de Sistema Tríplice de Equilíbrio

A leitura mais cuidadosa da abordagem marshalliana gera dúvidas quanto à interpretação de Frisch, de que há um sistema tríplice de pêndulos.

A distinção de três tipos de equilíbrio e, por conseguinte, de três tipos de preços e quantidades de equilíbrio, nos parece mais um recurso analítico do que a definição de três momentos diferentes no processo de ajuste. Ou seja, existe um único pêndulo, e a relação entre a procura, oferta e valor pode ser investigada com menor ou maior profundidade, conforme o período de análise seja a curto, médio ou longo. Isso é insinuado por Marshall na seguinte passagem:

"... Admitimos que haja apenas um preço no mercado num tempo determinado... Em tal mercado há um preço de procura para cada quantidade especial de mercadoria, isto é, um preço ao qual cada quantidade especial de mercadoria pode encontrar compradores, num dia, numa semana ou num ano. As circunstâncias que regulam este preço, relativamente a uma dada quantidade de mercadorias, variam de caráter, de um problema para outro; mas, em todos os casos, quanto maior a quantidade de uma coisa oferecida à venda

num mercado, mais baixo é o preço ao qual o artigo encontrará compradores; ou, em outras palavras, o preço da procura para cada unidade diminui a cada aumento da quantidade oferecida. A unidade de tempo pode ser escolhida de acordo com as circunstâncias de cada problema específico: pode ser um dia, um mês, um ano ou mesmo uma geração, mas em qualquer caso deve ser curto em relação à duração do mercado em foco. Deve ser admitido que as circunstâncias gerais do mercado permanecem inalteradas durante este período... As condições da oferta normal são menos definidas... Verifica-se que elas variam em detalhes conforme a duração do período de tempo ao qual se refere o estudo, principalmente porque tanto o capital material da maquinaria e outras instalações industriais, como o capital imaterial do preparo, da habilidade e da organização são de lento crescimento e de lenta decadência" (7).

Custos médios, ajuste quantitativo e a rentabilidade

Se assumimos que os três tipos de equilíbrio apontados por Marshall não correspondem a três momentos diferentes do processo de ajuste, mas estariam representando um mero recurso analítico a indicar três níveis escalonados de enfoque de um mesmo fenômeno, somos levados a discordar da formulação de L.G. Coutinho de que na visão marshalliana estariam presentes, de forma ambígua, os dois tipos de ajustamento com vistas ao estabelecimento do equilíbrio de mercado. O ajustamento que se faz via movimento de preços marcaria o curto prazo, ao passo que o ajuste através de variação de quantidades estaria presente no longo prazo.

Não obstante, concordamos com Coutinho quando ele assinala no seu oportuno trabalho⁽⁸⁾ que o que deve ser enfatizado em Marshall é a sua herança tipicamente clássica, no sentido de que a formação de preços é restringida, em última instância, pelos custos médios e que os produtores manipulam as quantidades produzidas para obterem a rentabilidade desejada para o seu capital.

O Marginalismo ou o Estágio Elementar

Neste sentido, até poderíamos afirmar que os "marginalistas" são aqueles que se interessam pelo estágio mais elementar da análise de Marshall, ou seja, do "preço de mercado" que caracteriza a situação de "equilíbrio temporário". Essa afirmação não deixa de ser uma acusação leviana. O próprio Marshall reconhece as limitações da sua metodologia quando confessa que o valor de uma coisa tende a corresponder ao seu custo de produção somente a longo prazo, quando se supõe que as "anomalias" de mercado se compensam entre si, constituindo, em consequência "condições normais" de concorrência.

"Descobriremos paulatinamente um grande número de exceções ao princípio de que o preço ao qual uma coisa pode ser produzida representa seu custo real de produção, isto é, os esforços e sacrifícios direta ou indiretamente empregados na sua produção. Pois, numa época de rápidas mudanças como a presente, o equilíbrio da procura e oferta normais não corresponde assim a qualquer relação distinta entre uma certa soma de prazeres obtidos do consumo da mercadoria e um conjunto de esforços e sacrifícios implicados na sua produção: a correspondência não seria exata, mesmo que os rendimentos e os juros normais fossem medida exata dos esforços e sacrifícios. ... (Assim) o valor normal ou "natural" de

uma mercadoria é o que as forças econômicas tendem a criar num longo período. É o valor médio que as forças econômicas determinariam se as condições gerais da vida fossem estacionárias num decurso de tempo suficientemente longo para permitir-lhes produzir todos os seus efeitos" (9).

2.3 - A ficção do Estado Estacionário

A Renúncia de Marshall

Nessas condições, o "preço de mercado" corresponderia ao "preço normal" no "estado estacionário". Mas, como o próprio Marshall diz, o "estado estacionário" é uma mera ficção, ele não existe na realidade e essa afirmação equivale praticamente a renúncia do autor à tentativa de estabelecer uma correlação direta entre os dois preços, isto é, entre o preço através do qual se dá a transação concreta e específica de compra e venda (o preço de mercado) e o preço que estaria representando os custos reais invertidos naquela produção (o preço normal).

"Aqui (no mundo em que vivemos) cada força econômica modifica constantemente a sua atuação, sob a influência de outras forças que agem em torno dela. Assim, as variações no volume da produção, nos seus métodos e no seu custo estão sempre a se modificar reciprocamente, estão sempre influenciando e sendo influenciadas pelo caráter e pela extensão da procura" (10).

Diante disso, somos obrigados a aceitar o fato de que o pragmatismo, que caracteriza uma grande parte dos discípulos de Marshall - inclusive o "marginalismo", preocupado em especular em torno do preço de mercado - é reflexo das limitações da formulação original.

Em verdade, Marshall não conseguiu superar a divisão entre a estática e a dinâmica como pretendia originalmente. Atado ao conceito de equilíbrio de mercado, só logrou mostrar o confronto entre os mecanismos mais gerais e, portanto, mais abstratos, que conduzem ao ajuste do mercado, sob a denominação de "condições normais" ou "naturais" - a curto prazo ou a longo prazo, conforme a natureza da sua variabilidade - e as determinações específicas e concretas de um dado mercado, consubstanciadas no "preço de mercado".

Enfim, deve-se atribuir a Marshall, pelo menos, o mérito de apontar as deficiências da análise estática e a tentativa de integrá-lo como ramo da dinâmica, apesar do fracasso resultante. Aos seus discípulos, salvo raras exceções, cabe o desmérito de não buscarem esmiuçar a falácia da abordagem marshalliana e de terem evadido pelo caminho fácil da sofisticação especulativa dos modelos de equilíbrio de mercado.

3. DA INTEGRAÇÃO "MICRO-MACRO"

3.1. FIRMA REPRESENTATIVA

Formação de preços e estrutura industrial

A integração "micro-macro" é intentada por Marshall, através de um método de agregação bastante peculiar, ou seja, a proposição da imagem de "firma representativa". Ele, após advertir que não se pode tomar a história de uma firma, individualmente, como a história de uma indústria, assim como não se pode confundir a de um homem com a da humanidade, postula:

"Contudo, a história da humanidade é a essência da história dos indivíduos, e a produção global para um mercado geral é o resultado dos motivos que induzem os produtores individuais a expandir ou restringir a produção. Precisamente aqui a ficção de uma firma representativa vem em nossa ajuda. Imaginamos para nós, em cada ocasião, uma empresa que tenha sua boa parte das economias internas e externas, decorrente da escala global de produção na indústria a que pertence. Admitimos que o vulto de tal firma, embora dependa em parte das variações na técnica e nos custos de transporte, é governado em igualdade de outras circunstâncias, pela expansão geral da indústria" (11).

Observe-se que nessa agregação Marshall toma o cuidado metodológico de não confundir o "comportamento representado do conjunto", através da figura de "firma representativa", com a somatória dos comportamentos das unidades desse conjunto". Pode-se questionar a validade desse método, mas o fato é que, com tal artifício, Marshall consegue indicar as primeiras pistas que permitiram o entendimento do mecanismo de formação de preços, como um produto da estrutura industrial, e não como resultado da atuação geral e abstrata do mercado ou do comportamento individual de cada firma em particular.

Assim é que, uma vez constituída a imagem de "firma representativa", cujas economias de produção, internas e externas, dependem do volume global de produção, ele estipula que o preço "normal" de oferta de qualquer quantidade de uma mercadoria equivale a despesa "normal" de produção (inclusive o lucro), efetuada por essa "firma".

É esse preço que, por parte da oferta, mantém o nível de produção de toda a indústria, e que em torno dele se estabelece o equilíbrio de mercado. Diz Marshall:

"Um^{as} firmas, neste interim, sobem, outras caem na produção, mas o volume global de produção permanece invariável. Um preço mais elevado que este aceleraria o crescimento das firmas em fase ascendente, e atenuaria, embora não pudesse evitar, a decadência das outras, sendo o resultado líquido um aumento na produção global. Por outro lado, um preço menor apressaria a decadência das firmas que caem e afrouxaria o ritmo do progresso das firmas que se elevam e, no conjunto, diminuiria a produção"⁽¹²⁾.

Lembramos que Marshall faz da indústria a imagem de uma floresta onde há árvores de todos os tamanhos. Em outros termos, a estrutura industrial é um sistema de empresas, onde há um escalonamento diferenciado de custos médios de produção por tamanho de empresa, desde que se assuma como verdadeiro o princípio de economias de escala. As empresas menores terão custos médios mais altos que as maiores. Nesse sentido, é de se esperar que as variações no preço "normal" de equilíbrio afete desigualmente a estrutura.

3.2 SISTEMA EM MOVIMENTO

O impacto desigual

Quando se considera o sistema em movimento, as variações do preço "normal" de equilíbrio podem ser esperadas para cima ou

para baixo. A espera de um preço elevado tem por efeito a ativação do aparato produtivo, que se prepara para obter vantagens do preço de oferta, superior ao preço da procura. Naturalmente, as empresas maiores, com vantagens diferenciais de acumulação, são as que se equipam mais rapidamente. A expectativa de um preço baixo provoca descarte da capacidade produtiva existente e as primeiras que cairão fora são as empresas cujo custo médio tende a ser superior ao preço esperado.

Em outras palavras, quando se põe o sistema de empresas em movimento, através da ficção da "firma representativa", observa-se que a expectativa de variação do preço "normal" impacta a capacidade produtiva existente de duas formas: equipando-a para aumentar o nível de produção quando o preço esperado é para cima ou corroendo-a parcialmente, em caso contrário. O que é mais importante notar é que essa suplementação ou abreviação da capacidade não é abstrata, não atinge por igual toda a estrutura industrial, No caso da baixa, Marshall é mais explícito:

"(Na espera de um baixo preço), se os produtores não tivessem medo de arruinar os mercados, valer-lhes ia a pena produzir, durante um certo tempo, por qualquer preço que cobrisse os custos de produção e os compensasse da sua própria exaustão. Mas, na realidade, eles geralmente exigem um preço maior. Cada um teme perder a oportunidade de obter depois um preço melhor de seus fregueses. Ou se produz para um mercado amplo, aberto, ou se teme mais ou menos incorrer no ressentimento de outros produtores; ou ainda se vende a um preço que estraga o mercado comum a todos.

A produção marginal, neste caso, é daqueles que suspenderiam a produção pelo medo de arruinar o mercado, diante de uma baixa mais pronunciada do preço, seja em vista do próprio interesse, seja em virtude de uma convenção formal e tácita com outros produtores" (13).

3.3 NOÇÃO DE MARGEM

Preço administrado e o quadro de insumo-produto

O que não é correto na explanação de Marshall é a idéia de que o produtor marginal abandona deliberadamente o sistema, com vistas a não arruinar o mercado para aqueles que permanecem, ou em virtude de um acordo tácito ou explícito com esses. O que ocorre é que ele é expulso. Só deste modo se pode fazer o ajuste de quantidade, de tal forma que o preço "normal" não caia. Não obstante, é preciso reconhecer que os germes da análise dos "preços administrados" aí estavam implantados.

Uma outra contribuição de Marshall, decorrente de sua tentativa de integração "micro-macro", é a noção de inter-relacionamento do sistema industrial em termos de insumo-produto. Ele afirma que no cálculo das despesas de qualquer mercadoria sempre deve-se ter em conta o fato de que as alterações nas quantidades produzidas são acompanhadas, mesmo quando não haja inovação tecnológica, por alterações nas quantidades proporcionais dos seus diversos fatores de produção.

A lei do rendimento crescente

Finalmente, Marshall tenta enfrentar as dificuldades que envolvem a teoria do equilíbrio em relação a bens que obedecem à lei do rendimento crescente. Diz ele:

"O ponto capital é que a expressão "margem" ou limite" de produção não tem significação, no que se refere a longos períodos, para as mercadorias, cujo custo de produção diminui com um aumento gradual da produção, enquanto que a tendência ao rendimento crescente não existe geralmente em curtos períodos" (14).

Isto significa que o termo "margem" só pode ser utilizado com referência a flutuações breves e rápidas da procura, porque em relação a tais flutuações, a produção de bens segue a

lei do rendimento decrescente e não a do rendimento crescente. Sem embargo, se se comprovã a consistência da tendência ao rendimento crescente na atividade econômica, isto equivale a dizer que não há claramente uma "produção marginal" definida, ou seja, o que existe é o produtor de mais altos custos médios que se encontra permanentemente na margem da sua sobrevivência:

"(Neste caso)... temos que considerar as condições de uma "firma representativa" (ou seja, de toda a indústria) que as de uma dada firma, individualmente. Sobretudo, temos que considerar o custo do processo inteiro de produção, sem nenhuma tentativa de isolar o de uma simples mercadoria" (15).

Estado estacionário e firma representativa

Essas observações nos levam a induzir que os Marshallianos que buscaram o viés microeconômico não quiseram entender o termo "firma-representativa" como um esforço original do mestre em integrar a análise micro com o enfoque macro, com vistas a imprimir ao sistema industrial o sentido de movimento. Eles o tomaram como um mero sinônimo de "firma individual média", especulando sobre o seu comportamento restrito e isolado, esquecidos de que somente no "estado estacionário" haveria equivalência teórica entre os conceitos de "média" e de "representatividade".

Ora, no "estado estacionário" é preciso supor que a "firma representativa" conserva sempre o mesmo tamanho, ainda que as empresas que compõem o sistema industrial progridam ou declinam, variando o seu tamanho individual. Uma vez constante o volume global de produção, as economias internas e externas da "firma representativa" serão sempre as mesmas, ou seja, todas as condições de produção e de consumo são reduzidas à inércia. Como o próprio Marshall enfatiza:

"Nada disso porém é verdade no mundo em que vivemos... O afrouxamento dos limites rígidos de um

estado estacionário puro nos faz dar um passo a mais na direção das condições reais da vida e quanto mais os afrouxamos, mais perto chegaremos. Aproximar-nos-emos assim, passo a passo, do difícil problema de interação das inúmeras causas econômicas" (16).

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) Marshall, Alfred "PRINCIPLES OF ECONOMICS", tradução portuguesa de Almeida, Rômulo e Strauch, Ottomyr da 8a. edição inglesa, EPASA, Rio de Janeiro, 1946, p. 304.
- (2) Frisch, Ragnar "ALFRED MARSHALL'S THEORY OF VALUE", em Price Theory, Selected Readings, edited by Harry Townsend, Penguin Books, 1971.
- (3) Marshall, op. cit., p. 307.
- (4) Ibid., p. 310.
- (5) Ibid., p. 321.
- (6) Ibid., p. 342.
- (7) Ibid., p. 314.
- (8) Coutinho, Luciano Galvão "NOTAS SOBRE O ESTADO ATUAL DA TEORIA MICROECONÔMICA: A HERANÇA DE WALRÁS E MARSHALL", mimeografado, Recife, 1975.
- (9) Marshall, op. cit., p. 319.
- (10) Ibid., p. 335.
- (11) Ibid., p. 413.
- (12) Ibid., p. 315.
- (13) Ibid., p. 340.
- (14) Ibid., p. 721.
- (15) Ibid., p. 721.
- (16) Ibid., p. 336.

ANEXO "B"

APRENDIZADO DE MARX

1. VISÃO DE MARX: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO
 - 1.1 Limitação Implícita da Economia Convencional
 - 1.2 Produção, Distribuição, Intercâmbio e Consumo
 - 1.2 O Objeto em Economia Política

2. CARÁTER DA METODOLOGIA MARXISTA
 - 2.1 A Recuperação da Síntese
 - 2.2 A Historicidade e o modo de Produção
 - 2.3 A Heurística

3. MODO DE PRODUÇÃO VERSUS FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

1. VISÃO DE MARX: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

1.1 LIMITAÇÃO IMPLÍCITA DA ECONOMIA CONVENCIONAL

A negação do conceito de "equilíbrio"

O propósito deste Capítulo é de apenas descrever alguns contornos da abordagem marxista, com vistas a buscar o nível mínimo necessário de equiparação entre as visões de Marshall e Marx. Nos prescindimos, deliberadamente, de uma discussão mais sistemática sobre, por exemplo, a natureza do excedente (produto líquido, rendimento ou plusvalia) ou a teoria do valor nos clássicos e em Marx.

A crítica à metodologia marshalliana pode ser estendida como o questionamento do Modelo Dinâmico Convencional, supondo que Marshall tenha intendado incorporar a estática como um ramo da dinâmica. De fato, ele evitou a tentação de cair numa "dinamização vulgar", isto é, tomar cada uma das variáveis ou relações e investigar o que ocorre em termos de séries de tempo. É evidente que esse procedimento não passa de "estática comparativa" em que nenhuma nova variável ou relação que venha a surgir no decorrer do processo real pode ser auscultada. É preciso reconhecer que Marshall buscou estudar o comportamento do sistema como um todo - através da ficção de "firma representativa" - distinguindo variáveis ou relações que apresentam trajetórias diferentes, conforme o período de tempo que se considera para a análise.

Contudo, estão presentes no modelo marshalliano dois dos defeitos mais característicos dos neo-clássicos. Em primeiro lugar, a dificuldade inata em passar do empírico às categorias mais gerais da lógica. Em segundo, o reconhecimento tácito de que o modelo em análise só expressa a tipologia de um determinado sistema, definido historicamente, em vez de representar a dinâmica de qualquer tipo de sistema econômico. O sistema em análise terá sempre o mesmo número de classes sociais, de setores produtivos e de equações. Enfim a dinâmica é um instrumental débil quando se almejam interpretações, em vez de simples descrições, como reconhecer um autor cuja análise sobre mudanças estruturais e o crescimento do capitalismo foi pautada nesse método⁽¹⁾.

De fato, ainda que a abordagem dinâmica tenha por propósito investigar as forças que são consideradas como as responsáveis pela manutenção ou deslocamento da estabilidade do equilíbrio, os seus pontos de referência são sempre aqueles pertinentes a um sistema em equilíbrio. Nessas condições, a estrutura de um sistema é tipificada e rigidificada, de tal forma que as contradições inerentes não se manifestam, ainda que se suponha a sua existência, pois são compensadas no interior do sistema. Portanto, a dinâmica só é consistente na análise de períodos de tempo curtos.

A impugnação do "intercâmbio" como instância fundamental

Marx nega o "equilíbrio de mercado" como o conceito-chave da análise econômica, na medida em que impugna o "intercâmbio" como o processo mais importante da atividade econômica. Lembremos que, para os neo-clássicos, o objeto da economia política está na busca da melhor forma de satisfazer as necessidades humanas e, nessas condições, o intercâmbio é considerado como a instância mais importante do processo econômico geral, pois é através dele que se igualam as margens de satisfação (ou utilidade) de lado a lado, via dispositivo de mercado, onde se estabelece o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Essa impugnação é o resultado das indagações de Marx sobre a oferta e demanda do trabalho. De acordo com o raciocínio dos neo-clássicos, tanto o capital como o trabalho são "fatores" que concorrem igualmente para a produção, ambos remunerados conforme a sua "produtividade marginal" e, portanto, sem nenhum antagonismo direto entre os seus detentores, ou seja, entre o capitalista e o trabalhador.

Esse raciocínio é inteiramente tautológico. Quando o trabalhador oferece o seu "trabalho" em troca do salário pago pelo capitalista, o que está ocorrendo é sempre um intercâmbio de mercadorias de igual valor. O trabalho é pago pelo que contribui ao sistema econômico. Se essa contribuição é pequena, o salário será baixo; se é grande, o salário será alto. A não ocorrência eventual da equivalência no intercâmbio "capital/trabalho" não é de responsabilidade nem do capitalista nem do trabalhador, mas das forças impeç

soais do mercado, cujo funcionamento foi imperfeito. Se o capitalista estivesse pagando ao trabalhador menos que o equivalente ao seu trabalho, então o capitalista só poderia ganhar à medida que o trabalhador perdesse, e nada mais além disso, de tal modo que a riqueza total não seria maior, ao final, do que era ao início do intercâmbio. Esse intercâmbio desigual - o enriquecimento do capitalista e o empobrecimento do trabalhador, sem que haja crescimento da riqueza total - não pode continuar indefinidamente, porque a parte em desvantagem, a galinha dos ovos de ouro, tende a extinguir-se.

Não obstante, Marx indaga: como pode o trabalhador receber o valor total da troca equivalente por sua mercadoria, e apesar disso existir um excedente do qual vive a classe capitalista? Como pode o trabalhador não estar sendo enganado na celebração do contrato de trabalho se o capitalista enriquece de forma não equi-proporcional?

A força de trabalho e o intercâmbio fundamental

Marx ressalta que "força de trabalho" é a mercadoria que participa do intercâmbio, e não o "trabalho".

Assim, o trabalhador não vende o trabalho e sim a sua força de trabalho, a sua capacidade de criar valores. O estabelecimento da relação de equivalência na celebração do vínculo empregatício, não significa nada mais que o pagamento de um salário apenas o suficiente para que a força de trabalho possa reproduzir-se, isto é, o equivalente ao valor dos produtos e serviços necessários para a manutenção do trabalhador. Por outro lado, se recolhecemos que só a força de trabalho tem a capacidade de criar valor, de criar valores maiores que os necessários para reproduzir-se a si mesma, está havendo apropriação exógena desse excedente de valor criado. O que o capitalista está adquirindo, através do pagamento de salários, é a faculdade de controlar a capacidade criada do trabalhador. O poder criador do trabalho é apartado do seu possuidor - o trabalhador - para ser utilizado no aumento da capacidade produtiva do capital.

Essa constatação é a razão para Marx colocar a ênfase da economia política na esfera da produção. O intercâmbio fundamental da atividade econômica é aquele que se processa entre o proprietário do capital e o da força de trabalho, e essa relação pertence a esfera de produção e não a de intercâmbio. As outras relações pertencentes à esfera do intercâmbio constituem instâncias de mediação entre a produção e o consumo. Na famosa Introdução do Grun- drisse (Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política) essa postura é explicitada:

"A produção cria os objetos que respondem às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis so ciais; o intercâmbio reparte o já repartido, segun- do as necessidades individuais; finalmente, no con sumo o produto abandona este movimento social, se conserte diretamente em servidor e objeto da neces- sidade individual, a que satisfaz no ato do seu des frute. A produção aparece assim como o ponto de de partida, o consumo como o ponto terminal, a dis tribuição e o intercâmbio como o termo médio, ter- mo que, por sua vez, é duplo já que a distribuição está determinada como momento que parte da socieda de e o intercâmbio como momento que parte dos indi dídus... Na distribuição, a sociedade assume a mediação entre a produção e o consumo por meio de determinações gerais e diretoras; no intercâmbio, a mediação se opera através do fortuito caráter de- terminado do indivíduo⁽²⁾.

Essa noção se torna bastante clara quando Marx relaciona a esfera da produção com cada uma das demais esferas.

1.2 PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, INTERCÂMBIO E CONSUMO

Produção e consumo

Quanto à produção e consumo, a relação bi-única aparece ini- cialmente como uma dependência mútua, um movimento através do qual

se apresentam como reciprocamente indispensáveis, ainda que permaneçam externos entre si. Assim, o consumo induz à produção, de duas maneiras:

- a) à diferença de um simples objeto natural, o produto se afirma como produto e se converte em produto, somente com o ato de consumir;
- b) sem necessidade não há produção, e é o consumo que reproduz as necessidades, criando idealmente o objeto da produção como imagem interior, antes mesmo da oferta real.

Por outro lado, a produção cria o consumo de três maneiras:

- a) um consumo sem objeto não é consumo, e é a produção que proporciona ao consumo o seu objeto;
- b) a produção não cria somente o objeto para o consumo, mas determina também o modo de consumo;
- c) a produção não apenas prevê um material à necessidade, mas provoca no consumidor a necessidade dos produtos que ele criou antecipadamente.

As relações recíprocas entre a produção e o consumo, descritas deste modo, dão a impressão de que elas se compensam dentro da sociedade, que não há nenhuma preponderância de uma sobre a outra. No entanto, ressalta Marx:

"Considerar a sociedade como um sujeito único é considerá-la de um modo falso, especulativo. Em um sujeito, produção e consumo aparecem como momentos de um ato. O que aqui mais importa é fazer ressaltar que, se consideramos a produção e o consumo como atividade de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambas aparecem em cada caso como momentos de um processo do qual a produção é o verdadeiro ponto de partida e por isso também o momento predominante. O consumo como necessidade é o mesmo momento inter

no da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu fator predominante, o ato em que todo o processo volta a repetir-se. O indivíduo produz um objeto e, consumindo-o, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtivo e que se reproduz a si mesmo. Deste modo, o consumo aparece como um momento da produção⁽³⁾.

Produção e distribuição

A produção se confunde com o consumo, como quer Say, só quando supomos que cada um dos indivíduos e todos os indivíduos da sociedade produzem exclusivamente para consumo próprio. Na verdade, quando consideramos o indivíduo em sociedade, o produto se separa do produtor, à medida que vai sendo criado, e a natureza do seu retorno depende da inserção do sujeito na sociedade. Entre o sujeito - que produz e que quer consumir - e o objeto a ser consumido, se interpõe a distribuição, antes mesmo da efetivação do intercâmbio. Ela é regida por leis sociais objetivas, engendradas das características da produção, e determina a parte que corresponde a cada um dos membros da sociedade.

Assim se prova que a organização da distribuição está determinada pela organização da produção. Cada indivíduo não é nem onipotente nem onisciente para eleger suas preferências na satisfação das suas necessidades. Ele participa do consumo conforme o seu poder de intercâmbio. E esse poder, representado pelo renda da terra, salário, juros ou lucro, é determinado objetivamente pela sua participação no processo de produção, como proprietário da terra, do trabalho ou do capital.

Simplificando o raciocínio, teríamos o seguinte: a distribuição dos produtos é apenas o resultado da distribuição dos membros da sociedade entre os distintos setores produtivos; esta depende da distribuição dos meios de produção por esses setores, que, por sua vez, é a manifestação da organização da produção.

Marx ainda refuta Ricardo. Esse baluarte da economia clássica considera a distribuição como o verdadeiro tema da economia

política, partindo do suposto de que a produção obedece a leis e ternas e transcendentais, ao passo que a distribuição está sujeita a leis temporais; e ela, como é um momento da produção, exerce a sua influência sobre a própria produção, moldando-lhe o caráter circunstancial concreto.

"Poderia dizer-se que, já que a produção deve partir de uma certa distribuição dos instrumentos de produção, pelo menos a distribuição assim entendida precede à produção e constitui sua premissa. E será preciso responder então que, efetivamente, a produção tem suas próprias condições e seus supostos, que constituem seus próprios momentos. Em um começo, esses supostos podem aparecer como fatos naturais. O próprio processo de produção os transforma de naturais em históricos; se para um período aparecem como suposto natural da produção, para outro período, em troca, constituem seu resultado histórico. Eles se modificam incessantemente no interior da produção mesma" (4).

Produção e intercâmbio

Finalmente, o intercâmbio é a face complementar da distribuição como momento mediador entre a produção e o consumo. Ressalta-se que esse momento cumpre destinar ao consumo individual o que for induzido pelo caráter subjetivo ou fortuito do indivíduo, mas sempre dentro do que foi objetivamente determinado e repartido pela distribuição. Portanto, o fato de considerá-lo como o momento central do processo econômico, se não é um erro, é certamente um exagero. O intercâmbio, a exemplo da distribuição, está condicionado pela organização da produção e pela produção mesma.

Em primeiro lugar, não existe intercâmbio, nem de capacidades nem de produtos, sem divisão do trabalho, e, portanto, a produção antecede obrigatoriamente o intercâmbio, seja ele natural ou já reflexo do resultado histórico. Em segundo lugar, a natureza do intercâmbio - sua intensidade, extensão e índole - está determinada pelo desenvolvimento e caráter organizativo da produção. Como raciocina Marx logicamente:

"Desde que o intercâmbio é apenas um momento media dor entre a produção e a distribuição por ela determinada, por um lado, e o consumo aparece também como um momento da produção, é evidente que o intercâmbio está incluído na produção como um de seus momentos ⁽⁵⁾.

1.3 O OBJETO EM ECONOMIA POLÍTICA

A reprodução como objeto

Quem não está acostumado com a Lógica, especialmente a de Hegel, ou mesmo aqueles que conhecem Marx de outras obras mais formalizadas, podem estranhar as alocações anteriores, aparentemente afirmativas de que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo constituem a mesma coisa. Ou senão, entender que esses momentos constituem articulações de uma totalidade, porém refletida numa noção de circularidade. É na passagem que reproduzimos a seguir que Marx lança, de maneira tosca mas vigorosa, as primeiras idéias fundamentais sobre a "reprodução", como objeto da economia política, e sobre o conceito de "modo de produção".

"A produção transcende tanto mais além de si mesma na determinação oposta da produção, como mais além de outros momentos. A partir dela, o processo recomeça sempre novamente. Compreende-se que o intercâmbio e o consumo não podem ser o transcendente. E o mesmo se pode dizer da distribuição, enquanto distribuição dos produtos. Mas, como distribuição dos agentes da produção, constitui um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma distribuição, um intercâmbio determinados e relações recíprocas de terminadas desses diferentes momentos. Para dizer a verdade, também a produção, sob sua forma unilateral, está por sua vez determinada pelos outros momentos. Por exemplo, quando o mercado, ou seja

a esfera do intercâmbio, se estende, a produção amplia seu âmbito e se subdivide mais em profundidade. Ao dar-se transformações na distribuição, se dão mudanças na produção, como no caso, por exemplo, da concentração do capital ou de uma distinta distribuição da população na cidade no campo, etc. Finalmente, as necessidades do consumo determinam a produção. Entre os diferentes momentos tem lugar uma ação recíproca. Isto ocorre sempre em todos os conjuntos orgânicos" (6).

Eis a diferença de essência que separa a economia política marxista da clássica. Os clássicos (Mill, Smith, Ricardo) consideram como objeto da economia política o processo de satisfação das necessidades humanas, estabelecendo uma relação imediata e direta entre os fenômenos econômicos aparentes e o caráter subjetivo das motivações, supostamente voltadas para o prazer ou para o sacrifício, implícitas no indivíduo. Para Marx, o objeto passa a ser o processo de reprodução do mecanismo de satisfação das necessidades, que não se reduz a uma simples relação mecanicista direta sustentada no subjetivismo, mas que se caracteriza como a combinação das instâncias de produção, distribuição, intercâmbio e consumo, bem como do seu inter-relacionamento recíproco. Observe-se que esse processo não obedece a uma lógica linear e formal, mas é engendrado na evolução dinâmica - ela própria, contraditória - de processos subsequentes.

Essa diferenciação quanto ao objeto da economia política vai se tornando mais clara na medida em que avançamos no entendimento da metodologia marxista. Lembremos que Marx se propõe a refutar os gigantes da Economia Clássica, ou melhor, a criticar a própria Economia Política erigida por eles, e leva avante a missão, brandindo uma metodologia que faz da noção, de modo de produção" o seu conceito fundamental, em vez da noção de "mercado".

2. CARÁTER DA METODOLOGIA MARXISTA

2.1 A RECUPERAÇÃO DA SÍNTESE

O perigo da sistematização

Aqui cabe uma pequena mas importante advertência. Não há a menor sombra, de dúvida de que a metodologia marxista é um instrumental de mais alta precisão, para a análise e interpretação da realidade. Sem embargo, na mesma medida da sua precisão, ela pode ser bem ou mal empregada, conforme a "competência" de quem a utiliza, a exemplo de um bisturi bem afiado.

A tentativa de sua sistematização já é temerária. Corre-se o perigo de embargá-la, pois tal atitude, por si, é antagônica à essência do próprio método. Se a intentamos é porque entendemos que a sistematização só tem validade para facilitar a comunicação de alguma idéia, e não como a fixação da idéia em si.

Enfim, o fundamental é aprender a pensar com a metodologia marxista, e não a memorizar os seus passos formais ou a vulgarizar termos específicos que, por si só, não apresentam nenhum sentido objetivo.

O marco inicial

O marco inicial da metodologia marxista consiste em considerar o concreto e o real como ponto de partida. Nisso, não vê nenhuma peculiaridade em relação à metodologia convencional. No entanto, se o concreto e o real são o ponto de partida, é preciso considerar que tal ponto é também o resultado de um processo de síntese. O ponto de partida é uma síntese. A especificidade dessa metodologia é o encadeamento sucessivo que visa recuperar esse processo de síntese, caminhando para trás até chegar a determinações abstratas básicas e, a partir daí, percorrendo de novo o caminho de vinda até a reprodução do concreto inicial.

"Parece justo começar pelo real e concreto, pelo su posto efetivo; assim, por exemplo, na economia, pe

la população que é a base e o sujeito do ato social da produção em seu conjunto. Sem embargo, se examinamos com maior atenção, isso se revela falso. A população é uma abstração, se deixo de lado, por exemplo, as classes, de que se compõe. Essas classes são, por sua vez, uma palavra oca, se desconhecemos os elementos sobre os quais se repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem o intercâmbio, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Começar-se, pois, pela população, ter-se-ia uma representação caótica do conjunto e, precisando cada vez mais, chegar-se-ia analiticamente a conceitos cada vez mais simples: do concreto representado chegar-se-ia a abstrações cada vez mais sutis, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a esse ponto, ter-se-ia que reemprender a viagem de retorno, até dar de novo com a população, mas dessa vez não haveria uma representação caótica de um conjunto, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações... No primeiro tramo do caminho, a representação plena é volatilizada em uma determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento" (7).

Marx, Hegel e Ricardo

Os puristas da Filosofia tentam minimizar Marx, afirmando que o seu mérito se limita em aplicar Hegel a um campo de raciocínio restringido, ou seja, a economia. Ele próprio trata de distinguir-se:

"Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se move por si mesmo, ao passo que o (meu) método, que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto,

é para o pensamento apenas a maneira de apropriar-se do concreto... mas, não é de nenhum modo o processo de formação do concreto mesmo" (8).

Em outras palavras, a totalidade concreta existe antes mesmo de sua apropriação através da elaboração da mente. Portanto, na medida em que as instituições e representações são transformadas em "conceitos" como um resultado do pensamento, o "mundo real" só pode ser apropriado como "mundo pensado" de uma única forma, pois as categorias que compõem esse mundo são constituintes do ato concreto da produção.

Outra crítica muito comum é que Marx é Ricardo posto em movimento, que a sua peculiaridade foi apenas de adaptar os fundamentos básicos ricardianos aos fatos históricos. Por outro lado, há interpretações no sentido inverso, ou seja, de que a história é para Marx um objeto da teoria e não um objeto real, um objeto abstrato-conceitual e não um objeto concreto-real, de tal forma que só pôde propor uma tipologia de sistema, bem como a tipologia da sua sucessão histórica, mas não consegue explicar o processo de transição de um sistema para outro (9). A primeira interpretação é pelo menos, maldosa e a segunda, pelo menos, parcial e unilateral.

2.2 A HISTORICIDADE E O MODO DE PRODUÇÃO

O nível de abstrações

Sem embargo, a historicidade em Marx não pode ser interpretada de maneira tão banal. Ela só pode ser entendida em função da natureza diferencial das abstrações com as quais se trabalha no processo de análise.

Ele afirma que, ao examinarmos a história, podemos perceber que todos os estágios de produção apresentam algumas características comuns, as "condições gerais de produção", como denomina S. Mill (10). No entanto, diz Marx, essas "condições gerais" nada mais são que momentos abstratos que não permitem compreender nenhum nível histórico concreto da produção, e se os clássicos dão-lhes tanta importância é porque eles querem induzir, subrepticamente, que as relações de produção vigentes são leis naturais, e

ternas e imutáveis.

"Todas as épocas da produção tem certos traços em comum, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração. mas uma abstração que tem um sentido, visto que põe realmente de relevo o comum, o fixa e nos poupa, assim uma repetição... As determinações que para a produção em geral são precisamente as que devem ser separadas, a fim de que não se olvide a diferença essencial por atender somente à unidade, a qual se desprende já do fato de que o sujeito, a humanidade, o objeto e a natureza são os mesmos. Neste olvido reside, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos (da época de Marx, mas que pode ser estendida aos atuais) que demonstram a eternidade e a harmonia das condições sociais existentes" (11).

Abstração progressiva: o trabalho

Assim é que o encadeamento progressivo do processo de abstração pode encontrar no "trabalho" a categoria mais simples. De fato, essa relação mais simples é também a mais antiga e universal, pois ela existe desde quando os homens entram como produtores, qualquer que seja a forma da sociedade. No entanto, nem sempre ela se expressou dessa forma.

No monetarismo, por exemplo, acreditou-se que a riqueza era o próprio dinheiro, como um ente externo à própria atividade do homem. Somente com o advento do capitalismo comercial e manufatureiro, considerou-se o trabalho - especificamente, o trabalho comercial e o manufatureiro - como a fonte da riqueza. Transferir a fonte da riqueza do próprio objeto (o dinheiro) à atividade de trabalho do homem já foi um avanço, mas o trabalho só era considerado como fonte, na medida em que produzia dinheiro. Os fisiocratas consideram como fonte criadora de riqueza uma forma determinada de trabalho - a agricultura - e, pela primeira vez, o produto do trabalho, como a riqueza em si, não mais sob

o disfarce de dinheiro, ou seja, o produto agrícola. Sô com Adam Smith, o trabalho como criador de riqueza não se limita a uma forma determinada; ele é tomado na sua universalidade abstrata. O objeto da riqueza também adota a sua forma universal e abstrata, ou seja, é o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado.

A busca da relação mais simples

Marx mostra a natureza do seu praciocínio para encontrar essa relação mais simples:

"Poderia parecer agora que, deste modo, se haveria encontrado com facilidade a expressão abstrata da relação mais simples e antiga, em que entram os homens enquanto produtores, qualquer que seja a forma de sociedade. Isto é certo num sentido. Mas não no outro. A indiferença frente a um gênero determinado de trabalho supõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros reais de trabalhos, nenhum dos quais predominando sobre os demais. Assim, as abstrações mais gerais surgem unicamente aí onde existe o gênero concreto mais rico, onde um elemento a parece como o comum a todos os elementos. Então, deixa de poder ser pensado somente sob uma forma particular. Por outra parte, esta abstração do trabalho em geral não é somente o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença por um trabalho particular corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro e onde o gênero determinado de trabalho é para eles fortuito e, portanto, indiferente. O trabalho converteu-se, então, não somente enquanto categoria, mas também na realidade, no meio para criar a riqueza em geral e, como determinação, deixou de aderir ao indivíduo como uma particularidade sua" (12).

A sua conclusão é também uma advertência:

"O exemplo do trabalho mostra, de uma maneira muito clara, como inclusive as categorias mais abstratas, apesar de sua validaz - precisamente devido à sua natureza abstrata - para todas as épocas, são, não obstante, no que há de determinado nesta abstração, o produto de condições históricas e possuem plena validez somente para essas condições e dentro de seus limites" (13).

Em outras palavras, quando analisamos o sistema capitalista - a mais complexa e desenvolvida organização histórica produção - a compreensão das categorias que expressam suas condições é o meio para entender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades passadas, com vistas a inferir algo sobre a evolução futura da sociedade. Essa postura é a correta do ponto de vista científico, e não aquela que considera as relações vigentes como permanentes, naturais, eternas e, portanto, justas. É para suprir essa lacuna metodológica que Marx lança o conceito de "modo de produção".

"Modo de produção" como conceito-chave

Esse conceito-chave abriria as portas para a compreensão do processo histórico-real, isto é, tanto de cada fase da história, como do seu processo de transição nas suas determinações abstratas e específicas. O pré-requisito para o seu uso é a aceitação de duas noções básicas.

A primeira noção é que nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, ainda que esse instrumento seja somente a mão- A segunda é que nenhuma produção é possível sem trabalho passado acumulado, ainda que esse trabalho acumulado seja apenas a destreza que o exercício repetido desenvolveu e concentrou na mão do indivíduo primitivo. É por isso que se toma o capital como a relação fundamental da atividade econômica: ele é ao mesmo tempo um instrumento de produção como também trabalho passado objetivado.

Observe-se que, até agora, com o fito de transmitir a metodologia marxista com a máxima fidelidade, sem vícios devciado-

res, temos evitado a sua sistematização formal. Sem embargo, quando queremos prover que a demonição "pequena e média empresa" encerra um caráter histórico, sentimos que é chegado o momento de um mínimo de sistematização - ainda que se possa negá-la posteriormente - para sabermos usar as idéias básicas sobre o conceito "modo de produção", que estará implícito em todo o desenvolvimento dessa demonstração.

Para Althusser, o meio de trabalho (o instrumento de produção) é o elemento que distingue as várias épocas econômicas, identificando as diferenças específicas no interior do processo geral de trabalho comum a todas as épocas. É ele quem determina o "modo de produção" típico de cada época, na medida em que fixa a "maneira de atacar" a natureza exterior a ser transformada pela atividade produtiva. Cada "modo de produção" expressa uma "maneira de atacar" específica, e origina um determinado grau de produtividade do trabalho produtivo, que caracteriza esse época econômica. Por outro lado, o "modo de produção" define a unidade "homem-natureza de cada época, ressaltando as formas diferenciais dessa integração, ou seja, as "relações de produção", Dis o autor:

"Para cada modo de produção há um tempo a uma história próprios, escandidos de maneira específica pelo desenvolvimento das forças produtivas; um tempo e uma história próprios das relações de produção, escandidas de maneira específica; uma história própria de superestrutura política (...); um tempo e uma história próprios da filosofia (...); um tempo e uma história próprios das produções estéticas (...); um tempo e uma história próprios das formações científicas, etc. Cada uma destas históricas próprios é escandida segundo ritmos próprios, e não pode ser conhecida a não ser com a condição de se ter determinado o conceito de especificidade da sua temporalidade histórica e das suas escansões (desenvolvimento contínuo, revoluções, rupturas, etc)"⁽¹⁴⁾.

Assim, ele esquematiza a definição da historicidade específica de cada sistema através do conceito de "modo de produção". Es

te conceito - nos seus dois desdobramentos, "forças produtivas" e "relações de produção" - estaria refletindo o grau específico de produtividade do trabalho de cada época.

2.3. A HEURÍSTICA

Na análise da tríplice controvérsia "Bernatein, Kaustsky e Lenin" vimos que três autores interpretam distintamente as palavras de Marx. Se no caso de Marshall, os seus discípulos diminuíram e empobreceram o escopo originalmente proposto pelo mestre, por seu lado os marxistas não estariam "indeterminando" o escopo de Marx?

Observe-se, no entanto, que a polêmica faz parte da teoria marxista; ela é, por si, a dinâmica da própria metodologia marxista. A economia política de Marx não pode ser enfocada através de um raciocínio binário, linear, maniqueísta ou dogmático. Ela é, na sua essência, reflexiva, prospectiva, criativa e questionadora. Portanto, qualquer controvérsia, em vez de impugná-la ou debilitá-la, vem justificá-la e enriquecê-la.

Esse caráter da abordagem marxista é, muitas vezes, mal entendido por aqueles que estão acostumados com o brilhante encadeamento lógico de Marx em "O Capital", ou com as elegantes formalizações sistematizadas da visão marxista em manuais de metodologia. Corre-se o grande perigo de confundir o "indeterminado" com o "herético" e com o "heurístico". Para evitar imprecisões, busquemos, mais uma vez no Grundrisse a elucidação necessária:

"Sem embargo, fica sempre em pé o fato de que as categorias simples expressam relações nas quais o concreto não desenvolvido pode haver estabelecido ainda a relação ou vínculo mais multilateral que se expressa idealmente na categoria mais concreta; enquanto isso, o concreto mais desenvolvido conserva esta mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que existira o capital, antes que existiram os bancos, antes que existira o trabalho assalariado. Deste ponto de vista, pode afirmar-se que a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que existiam já historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expressado por uma categoria mais concreta. Somente

te assim o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo poderia corresponder ao processo histórico (15).

No caso específico da discussão da problemática das pequenas e médias empresas, podemos considerar as pequenas unidades produtivas como a expressão da "categoria mais simples", ou seja, como "pequeno capital", o capital significando uma relação que exprime o sentido de "instrumento de produção" e de "trabalho passado objetivando". Ou como uma "categoria mais concreta", isto é, "meio de trabalho passado objetivado". Ou como uma "categoria mais concreta" isto é, "meio de trabalho". Observe-se que muitas vezes, a passagem de um sentido para outro não é explícita, é imperceptível, e isso tem gerado interpretações não coincidentes no uso desses termos.

Finalmente, lembra Marx:

"Em consequência, seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Sua ordem de sucessão está, em vez disso, determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso de que pode parecer ser sua ordem natural ou de que corresponderia a sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das distintas formas de sociedade. Muito menos de sua ordem de sucessão na idéia, o faz Proudhon uma representação nebulosa do movimento histórico. Trata-se é de sua articulação no interior da moderna sociedade burguesa" (16).

3. MODO DE PRODUÇÃO VERSUS FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A ambiguidade

A ambiguidade no uso das expressões "modo de produção" e "formação econômica e social" tem suscitado discussões que, mal formuladas, podem arrastar-se pelo bizantinismo. Com o objetivo de remover o caráter estéril envolvido nessa ambiguidade, tentamos um

mínimo de sistematização.

O debate se manifesta mais agudamente na discussão de dois problemas concretos da atualidade. Primeiro, o processo de transição do capitalismo ao socialismo e, segundo, o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento.

No primeiro caso, a transição pode ser abordada como a passagem do "modo de produção capitalista" ao "modo de produção socialista" a escala mundial, ou como o processo de mudança - gradual ou repentina - de uma "formação econômica e social" relativamente autônoma. Por outro lado, dependendo da conceituação que se faz do "modo de produção" e da "formação econômica e social", a análise das articulações dinâmicas no processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento pode tomar rumos diversos. Palloix tenta uma esugematização das várias correntes:

- a) a do imperialismo e da economia mundial capitalista, que encontrou a sua correspondência nas discussões sobre os diversos "modos de produção"-asiático, feudal, de linhagem, etc. - representada por Garaudy, Godelier, Dhoquois, entre outros⁽¹⁷⁾.
- b) a da formação econômica e social, com Nicos Poulantzas e Emílio Sereni⁽¹⁸⁾.
- c) a do imperialismo e da economia mundial capitalista, as relações de "centro-periferia", elaborada entre outros por Samir Amin, Gunder Frank, Arghiri Emmanuel⁽¹⁹⁾.
- d) a de transição, com C. Betelheim e E. Balibar⁽²⁰⁾.

Essas correntes não são necessariamente antagônicas, mas por outro lado, não se pode exigir que as conclusões sejam coincidentes. Considerando a problemática das classes sociais no interior dessas correntes pode-se encontrar, pelo menos, três abordagens diferentes:

- a) a que considera como sistema de lugares ocupados e funções desempenhadas no processo de produção imediato, o que nos remete mais, à produção imediato, o que nos remete mais, à primeira vista, para o modo de produção do que para a formação econômica e social.
- b) a que considera como sistema de lugares e funções no processo de reprodução do (ou dos) processo de produção, o que arrasta mais para o lado da formação econômica e social, e coloca, ao mesmo tempo, o problema do imperialismo e da reprodução.
- c) a que, partindo do processo de reprodução, considera as classes sociais como definidas no seio de um processo prático, o da luta de classes, que reveste, ele próprio, outro processo, o da transição.

Balibar

Na verdade, não nos parece que haja definições distintas para cada um dos conceitos - modo de produção ou formação econômica e social. Quando se refere a um, abrigatoriamente se deve mencionar o outro, com vistas a completar a definição de um e de outro. Balibar, citado por Palloix, insinua que a formação econômica e social constitui a forma do processo de reprodução de modo de produção:

"Assim, a análise da reprodução parece por, com propriedade, em movimento aquilo que, até agora, só tinha sido visto de uma maneira estática, e articular uns aos outros os níveis que tinham sido isolados; visto que a reprodução aparece como forma geral de permanência das condições gerais da produção, que, em última análise, englobam o conjunto total da estrutura social, ela não pode deixar de ser também a forma que assume a sua modificação, a sua nova estruturação" (21)

Sereni

Por sua vez, Sereni enuncia que o elemento diferencial que separa os dois conceitos nada mais é que o reflexo do tipo de abordagem que se adota, ou seja, abordagem econômica-sociológica ou historicista. Na primeira abordagem, não haveria preocupação pela formação econômica e social em si, ela só serviria de "fundo" para ressaltar o modo de produção dominante ou as relações sociais e os fenômenos superestruturais que correspondem àquele modo de produção. Na abordagem historicista, a formação econômica e social é considerada como categoria histórica em si, sendo que o modo de produção só intervém teoricamente com seu elemento caracterizante.

"Sob o aspecto sociológico, um modelo de formação econômica e social refletirá, em primeiro lugar, o modo de produção dominante nessa formação dada. Considerada em si, uma tal maneira de proceder fornecer-nos-ia um modelo simplesmente econômico; mas no modelo sociológico, e ao mesmo tempo que o modo de produção, deverão refletir-se, sob uma pura, sistemática; as relações sociais e os fenômenos superestruturais que lhes correspondem. Sob o aspecto histórico, por outro lado, um modelo de formação econômica e social - baseando-se sempre na caracterização do modo de produção dominante - porã especialmente em relevo a sua gênese, o seu desenvolvimento, a sua decadência" (22).

Herzog

Herzog, não obstante, adverte que não pode haver distinção entre modo de produção e formação econômica e social, como se o primeiro fosse "essência" e o segundo "fenômeno", ou seja, reservado um à teoria e o outro ao empírico. Diz ele:

"Atualmente, a relação de produção capitalista, os ciclos de reprodução da força de trabalho e os ciclos de valorização dos capitais constituem essas invariantes e processos unificantes para a esfera não socialista do mundo. Pode-se dizer que o modo de produção

capitalista é a unidade de todas as formações sociais. Unidades não estática - não se trata apenas da presença de classes capitalista e operária - mas sim dinâmica: procurando valorizar-se, o capital corrói e transforma os modos de produção pré-capitalista, atravessa as fronteiras, e, desenvolvendo o seu ciclo em várias nações, submete-se à lei da acumulação... No seu desenvolvimento, a relação de produção capitalista alterou - ora renovando e transformando, ora destruindo - formas pré-capitalistas de produção e de super-estrutura, mas a sua própria extensão engendrou novas especificidades: os modos de produção concretos, as estruturas de classe, as formas estatais sofreram novas e profundas diferenciações, ao mesmo tempo que se desenvolveram no seio de um movimento comum... A universalidade do modo de produção é uma abstração oca, se não se vir nela a renovação e a transformação de formas sociais específicas através do mesmo ciclo de relações..."⁽²³⁾.

Palloix

Palloix, por sua vez, critica os dois. Para ele tanto Se rene como Herzog estão falando do mesmo objeto que é o "processo de movimento do modo de produção" - uma partindo do conceito do modo de produção e o outro da formação econômica e social - mas ambos a cabam caindo no "vazio teórico" que se constitui sob a própria mar cha do processo. Eles não definem a instância onde se dá a junção entre os modos de produção, pois essa definição só pode ser realizada pelo movimento das classes sociais, em função do processo de reprodução dos processos de produção. São assim, diz ele, pode-se discutir, no mesmo nível analítico-sintético, por um lado, problemas aparentemente conceituais, como modo de produção e formação econômica e social e, por outro lado, questões práticas como economia de transição, imperialismo, subdesenvolvimento⁽²⁴⁾.

Hobsbawn

Finalmente, Hobsbawn⁽²⁵⁾, na sua tentativa de resumir as

discussões sobre as principais formações econômico-sociais entre os marxistas, observa duas tendências.

A primeira, que implica numa esquemática simplificação, reduz as principais formações econômico-sociais a um mero escalonamento, em que todas as sociedades humanas sobem degrau por degrau, mas a diferentes velocidades, de tal modo que todas, irrevitavelmente, acabam chegando ao topo. É dessa corrente que surgem as chamadas "leis fundamentais específicas" corespondentes a cada formação, tentando explicar linearmente a transição de uma forma a outra.

A segunda resulta num retalhamento ou periodização arbitária da história: se omite o "modo asiático", se limita o campo do "antigo" e se amplia o do "feudal". Resulta numa panacéia, em que todas as interpretações são generalizadas unilateralmente a partir das categorias do "modo de produção feudal".

A combinação entre as duas tendências produziu disputas demarcatórias para classificar cada sociedade ou período em uma ou outra das categorias aceitas. No entanto, diz Hobsbawn, não passam de erros incidentais, já que partem do equívoco fundamental de tentar encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. De todo modo, a discussão teve o mérito de levantar problemas de interação e coexistência de diferentes "formas" de relações de produção.

"Podemos concluir que o estado atual da discussão marxista sobre o tema é insatisfatório. Muito disto deve-se ao desenvolvimento histórico do movimento marxista internacional na geração anterior a meados dos anos 50, que teve, inegavelmente, efeito negativo sobre o nível da investigação marxista neste e em muitos outros terrenos. A abordagem original de Marx do problema da evolução histórica foi, em certos aspectos simplificado e alterado, e não foram usados certos lembretes da natureza profunda e complexado seu método, como a publicação das FORMEN, para a correção destas tendências" (26).

Da mesma forma, deveríamos perguntar se não haveria ocorrido algo semelhante na discussão da problemática das pequenas e mé

dias empresas. Ela seria enfocada como categoria do "modo de produção" ou como representação concreta da "formação econômico-social" específica? Como se explicaria a interação e a coexistência entre empresas "grandes", "médias" e "pequenas"?

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) - Leon, Paolo "STRUCTURAL CHANGE AND GROWTH IN CAPITALISM", John Hopkins Press, Baltimore, 1967.
- (2) - Marx, Karl "ELEMENTOS FUNDAMENTOS PARA LA CRÍTICA DE LA ECONOMIA POLÍTICA; BORRADOR, 1857-1958", SIGLO XXI, Buenos Aires, 1971, pág.9, tradução do autor.
- (3) - Ibid, pág. 14.
- (4) - Ibid., pág. 17.
- (5) - Ibid., pág. 22.
- (6) - Ibid., pág. 20. O grifo é do autor deste trabalho.
- (7) - Ibid., pág. 21.
- (8) - Ibid., pág. 21.
- (9) - Althusser e Hobsbawn são os dois dos pensadores mais representativos que defendem essa posição.
Althusser, L., "LIRE LE CAPITAL", Maspero, Paris, 1971. Hobsbawn, Eric, "INTRODUÇÃO A FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS DE K. MARX", Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1975.
- (10) - Mill, J.S. "PRINCIPLES OF POLITICAL ECONOMY", London, 1848
- (11) - Marx, K., op. cit pág. 5 (a expressão entre os parentesis é do autor desse trabalho).
- (12) - Ibid., pág. 25.
- (13) - Ibid., pág. 26.
- (14) - Althusser, L. op. cit. pág. 124, tomo I.
- (15) - Marx, Karl, "ELEMENTOS FUNDAMENTALES PARA LA CRITICA DE LA ECONOMIA POLITICA", op. cit., pág. 23.

- (16) - Ibid., pág. 26.
- (17) - Garaudy, R. "SUR LE MODE DE PRODUCTION ASIATIQUE: PREFACE", CERM, Editions sociales, Paris, 1969.
- Dodelier, M. "SUR LES SOCIÉTÉS PRECAPITALISTES, TEXTES CHOISIS DE MARX, ENGELS, LENINE: PREFACE", CERM, Editions sociales, Paris, 1970.
- Dhoquois, Guy, "POUR L'HISTOIRE", Anthropos, Paris 1971.
- (18) - Poulantzas, Nicos "POUVOIR POLITIQUE ET CLASSES SOCIALES", Maspero, Paris, 1968.
- Sereni, Emilio "DE MARX A LENINE: A CATEGORIA DE FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL", La pensée, nº 159, outubro de 1971.
- (19) - Amin, Samir, "L'ACCUMULATION À L'ECHELLE MONDIALE", Anthropos, Paris, 1971.
- Frank, A.G. "LE DEVELOPPMENT DU SOUS-DEVELOPPMENT, L'AMERIQUE LATINE", Maspero, Paris, 1970.
- Frank, A.G. "CAPITALISME ET SOUS-DEVELOPPEMENT EN AMERIQUE LATINE", Maspero, Paris, 1968.
- Emmanuel, Arghiri "L'ÉCHANGE INÉGAL - ESSAI SUR LES ANTAGONISMES DANS LES RAPPORTS ECONOMIQUES INTERNATIONAUX", Maspero, Paris, 1969.
- (20) - Bettelheim, Charles "LA TRANSITION VERS L'ÉCONOMIE SOCIALISTE", Maspero, Paris, 1968.
- Bettelheim, Charles "CALCUL ÉCONOMIQUE ET FORMES DE PROPRIÉTÉ", Maspero, Paris, 1970.
- Althusser, L., e Balibar, E., "LIRE LE CAPITAL", Maspero, Paris, 1971.
- (21) - Balibar, op. cit., pág. 159, Tomo II, citado por Palloix.
- (22) - Sereni, op. cit., pág. 41 citado por Palloix.

ANEXO "C"

APRENDIZADO DE SCHUNPETER

1. POSTURA ANALÍTICA ECLÉTICA

- 1.1 A paternidade do ecletismo
- 1.2 Críticas à análise convencional
- 1.3 Fluxo circular e o desenvolvimento

2. DESENVOLVIMENTO E TEORIA DOS CICLOS

- 2.1 Conceito de desenvolvimento
- 2.2 A inevitabilidade do movimento cíclico
- 2.3 O caráter salutar do ciclo

3. CRIAÇÃO DE VALOR, DESTRUIÇÃO CRIADORA, E OLIGOPOLIZAÇÃO

- 3.1 Criação de Valor
- 3.2 Processo de Destruição criadora
- 3.3 Oligopolização

1. POSTURA ANALÍTICA ECLÉTICA

1.1 A PATERNIDADE DO ECLETISMO

Schumpeter, "marshalliano criativo" ou "anti-Marx"

No campo da organização industrial moderna, encontramos uma plêiade de economistas - Galbraith, Penrose, Sylos, Labine, Hymer, Morris, Knickerboker, Fajnzylber, Vernon, entre outros que buscam apreender a realidade concreta sustentados em rigorosa objetividade empírica. Aparentemente, são autores que não se filiam a nenhuma corrente determinada e são ecléticos na medida em que fazem uso de instrumentos analíticos legados tanto de Marshall como de Marx. Não obstante, na avaliação cuidadosa das diversas teses apresentadas, descobrimos que a inspiração comum advém de Schumpeter.

Aliás, Schumpeter é o próprio ecletismo. Na sua visão econômica e social, descobrimos fragmentos de formulações dos clássicos, mas também esboços do raciocínio marxista. Chamá-lo de "marshalliano criativo", para distingui-lo de seus irmãos pouco imaginativos, não constituiria um equívoco maior. Muitos preferem qualificá-lo de "marxista conservador" ou de "anti-Marx" por ter-se apossado indevidamente da dialética marxista⁽¹⁾.

A inovação teórica e a teoria dos ciclos

De fato, do ponto de vista teórico, ele "inovou" o neo-classismo, enfatizando a idéia de que o capitalismo devia ser abordado como um processo evolutivo - de destruição criadora - e recalçando o método analítico essencialmente dinâmico - a teoria dos ciclos.

"O ponto essencial que se deve ter em conta é que ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo... O capitalismo, é por natureza, uma forma ou método de transformação e-

conômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem frequentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal. Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um aumento quase automático da população e do capital, nem às variações do sistema monetário. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial, criadas pela empresa capitalista... A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão à firma, como a U.S. Steel, servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial - se é que podemos usar termo biológico - que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda empresa capitalista para sobreviver" (2).

O processo de destruição criadora e a transição

Por outro lado, Schumpeter não se limita a denunciar as falácias da teoria convencional. Ele insiste na imagem do "processo de destruição criadora", vaticinando a transição inevitável do capitalismo ao socialismo. Não obstante, em vez de sustentar-

se na "teoria de exploração do trabalhador" e na noção de "tendência decrescente da taxa de lucro" - os postulados básicos de Marx - propõe a "teoria de exaltação do empresário" e deplora a perda do "espírito pioneirista do inovador individual", a alma do capitalismo:

"O processo capitalista, quase da mesma maneira com que destruiu o conjunto de instituições da sociedade feudal, solapa as suas próprias bases ... O próprio êxito da empresa capitalista tende paradoxalmente a enfraquecer o prestígio e valor social de uma classe primariamente ligada a ela, e a unidade gigante do controle tende a eliminar a burguesia da função à qual deve a sua importância social. O processo capitalista solapa inevitavelmente a base econômica do pequeno produtor e comerciante... Um tipo muito comum de crítica social lamenta o declínio da concorrência e a assemelha ao declínio do capitalismo, em vista das virtudes que atribui à concorrência e aos defeitos que imputa aos modernos monopólios industriais... (Mas) mesmo que a empresa gigante fosse administrada de maneira tão perfeita, a ponto de despertar aplausos dos anjos do céu, as consequências políticas da concentração ainda seriam o que são. A estrutura política de uma nação é profundamente afetada pela eliminação de um conjunto de empresas pequenas e médias de empresários-gerentes, os quais, juntamente com seus dependentes, prepostos e contatos pesam quantitativamente nas urnas e dominamos que podemos chamar de classe dos contra-mestres, o que nenhuma administração de grande empresa poderá fazer. Por outro lado, o processo capitalista solapa também sua própria estrutura institucional (a propriedade individual e a liberdade de contrato, inclusive) dentro do campo de ação das próprias grandes empresas... A figura

do proprietário, e com ela o interesse direto e específico do dono, desapareceu inteiramente do quadro, e hoje temos os administradores assalariados e todo o conjunto de gerentes e subgerentes, assim como os grandes e pequenos acionistas... (O contrato) nos seus tempos áureos significava um trato isolado inspirado pela escolha individual, dentro de um número infinito de possibilidades, em vez do estereotipado, desindividualizado, impessoal e burocratizado regime de hoje" (3).

A verdade é que Schumpeter erigiu uma posição única no campo da teoria e da política econômica, com a sua visão teórica e original e, ao mesmo tempo, tão complexa e finalista, merecendo um aprendizado especial, separadamente de Marshall e de Marx.

1.2 CRÍTICAS À ANÁLISE CONVENCIONAL

A incapacidade da análise estática

No estudo da postura analítica de Schumpeter dois aspectos preliminares devem ser destacados: a sua oposição ao enfoque tradicional da teoria do equilíbrio e a sua concepção de fluxo circular.

A sua crítica à teoria tradicional parte do reconhecimento de que esse instrumental analítico é incapaz de interpretar a Economia como um processo histórico sem retrocesso, que muda incessantemente a sua própria constituição, criando e destruindo mundos culturais de maneira sucessiva. Em primeiro lugar, a análise estática, embora não tenha que supor necessariamente a existência de um "estado estacionário", pois pode ocupar-se dos efeitos das variações nos dados, só consegue descrever a vida econômica, do ponto de vista de uma tendência em direção a uma posição de equilíbrio. É sempre em função dessa tendência ao equilíbrio que especulamos sobre a determinação dos preços e quantidades de bens,

que conforma, em última instância, um mecanismo de adaptação do aparato produtivo ao meio existente.

"A posição de um estado ideal de equilíbrio no sistema econômico, nunca alcançada, apesar da luta constante para obtê-la (naturalmente, em forma inconsciente), altera-se por causa da alteração dos dados. E a teoria carece de armas frente a esta última... Se as modificações ocorrem nos dados não sociais (condições naturais), ou em dados sociais não econômicos (efeitos da guerra, mudanças de política) ou nos gostos dos consumidores, não parece requerer-se uma transformação total dos instrumentos de investigação econômica. Estes instrumentos falham somente quando a própria vida e econômica altera por si mesma seus próprios dados, por convulsões. As variações contínuas que podem se transformar com o tempo, por passos infinitamente pequenos, podem ser incorporadas na análise estática. Mas ela não pode predizer as consequências de alterações descontínuas, na maneira tradicional de realizar as coisas, e tampouco, pode explicar o porquê de tais revoluções produtivas, nem dos fenômenos que as acompanham" (4).

A impropriedade da estática comparativa e da análise histórica

Em realidade, o registro de alteração na situação de equilíbrio e a investigação da nova posição, constituem a estática comparativa. Ela é insuficiente como análise econômica, pois se isenta de interpretar a dinâmica do processo de transformação.

Por outro lado, a identificação do elemento específico, que estaria provocando a modificação da situação vigente, é impossível. O processo de alterações sucessivas é decorrente de um conjunto de fenômenos desequilibradores, como o aumento

do capital social e da população, variações no gosto dos consumidores, modificações na técnica e na organização produtiva. O importante é distinguir as causantes intrinsecamente dinâmicas das perturbações exógenas.

"(Os conceitos reunidos em um instrumento analítico chamado Teoria do Equilíbrio Econômico ou Economia Estática) não têm relação, em si mesmo, com o grande processo histórico da evolução econômica, senão que, pelo contrário, se abstraem dos fenômenos da evolução e descrevem partes do mecanismo que permanecem mais ou menos constantes através do tempo, embora estas partes do mecanismo nos resultem, sem embargo, úteis para descrever as relações existentes numa realidade que evoluciona... Enquanto uma proposição estática nos mostra as relações ideais entre quantidades econômicas que somente existem em lógica pura, uma proposição dinâmica se propõe a mostrar em que forma certas condições iniciais do sistema econômico produzirão, através do tempo, outra série de condições. Mas, ainda esta mesma espécie de teoria está muito longe de explicar os processos históricos, pois não diz nada das forças que atuam sobre eles e, à semelhança da teoria estática, não nos oferece mais que partes do mecanismo" (5).

Sem embargo, a análise da evolução econômica não se confunde com o estudo da história econômica. A transformação econômica não pode ser explicada exclusiva e unicamente pelas condições econômicas anteriores, por causa da dependência fundamental em que se encontram os aspectos econômicos, em relação a todos os demais aspectos. A situação de um sistema social não é somente o resultado determinado das condições econômicas precedentes, mas sim da situação anterior tomada em sua totalidade. Por sua vez, a teoria econômica não pode sujeitar-se à função subordinada de oferecer um simples aparato analítico à descrição histórica, quando a conexão dos fatos históricos é complexa.

A influência da lógica marxista

Schumpeter reconhece que, até então, somente Marx ti nha intentado a construção de um edifício teórico que compreendesse a evolução econômica. Mas, Schumpeter, diferentemente de Marx que se alicerçou na relação antagônica de classes sociais, identi fica, como elemento propulsor da evolução econômica, a sucessão descontínua de alterações na técnica e na organização produtiva. É dos seus efeitos que se derivam os fatores objetivos que vêm trazer explicação racional à própria realidade histórica.

"Desta fonte aparentemente tão insignificante, procede uma nova concepção do processo econômi co que resolve uma série de dificuldades fundamentais e justifica o novo tratamento do problema. Esta forma de formulá-lo é parecida à de Karl Marx. Pois, segundo suas idéias, existe um desenvolvimento econômico interno e não sim plesmente a adaptação da vida econômica aos dados cambiantes. Mas minha estrutura cobre somente uma pequena parte do seu campo" (6).

Em suma, a nível preliminar, a visão de Schumpeter pode ser resumida em dois pontos. Primeiro, o capitalismo deve ser tratado como um processo em evolução, supondo-se que todos os seus problemas fundamentais partem justamente do fato de ser um processo evolutivo. Segundo, deve-se considerar que esta evolução não é decorrente da ação de fatores extra-econômicos sobre o processo econômico, ou efeito de crescimento vegetativo do capital e da população. Ela é consubstanciada por uma espécie de mutação econômica, que se dá o nome de Inovação.

É interessante assinalar a nítida influência da lôgi ca marxista nessa formulação. O seu processo analítico de abstrações sucessivas, para propor a Inovação como a categoria mais sim ples que cria valor, é uma transposição meramente formal da metodologia de Marx. Ademais, não foi outro senão Marx, quem mostrou que são as modificações na base técnica de produção, que diferenciam historicamente os "modos de produção". Pode-se dizer, inclu

sive, que a "formação econômica e social" é a representação dos fatores extra-econômicos ou fatores econômicos exógenos.

1.3 FLUXO CIRCULAR E O DESENVOLVIMENTO

A circularidade e a racionalidade do sistema econômico

Para Schumpeter, "fluxo circular", como representação do "estado em equilíbrio", é apenas um artifício analítico para demonstrar algumas evidências lógicas. Em primeiro lugar, ele ressalta a idéia de "circularidade do sistema econômico", tanto em termos de inter-relacionamento entre as diversas esferas econômi-cas na mesma instância de tempo, como em termos de continuidade desse inter-relacionamento no tempo.

"(Por exemplo, o lavrador) conhece, de maneira geral, o preço das coisas que deve adquirir; sabe o trabalho que deve realizar; conhece os métodos de cultivo - e tudo isso por uma larga experiência. A gente a quem compra, conhece também a demanda do lavrador por uma larga experiência. Dado que o fluxo circular dos períodos econômicos - o ritmo econômico mais interessante de todos - marcha com rapidez relativa, e como o mesmo sucede essencialmente em cada periodo econômico, o mecanismo da economia de troca opera com grande precisão. Os períodos econômicos passados governam as atividades do indivíduo... O lavrador deve viver durante cada período, seja diretamente do produto físico do período precedente, seja do que possa obter da sua venda. Ademais, os períodos anteriores o tem metido em uma rede de conexões econômicas e sociais das quais não pode desvencilhar-se facilmente. Meios e métodos definidos de produção lhe são legados. E tudo isso o mantém submetido com correntes de ferro presas aos seus calcanhares... Todos os homens de negócio se

encontran na mesma posição do lavrador. Todos são os compradores e vendedores, aos efeitos de sua produção e consumo... Do fato de que cada bem encontra um mercado, segue-se também que fica fechada a corrente circular da vida econômica, ou, em outras palavras, que os vendedores de mercadorias aparecem de novo como compradores, na medida suficiente para adquirir os bens capazes de manter o seu consumo e o equipamento produtivo no próximo período econômico, no nível usual e vice-versa" (7).

Em segundo lugar, a idéia do fluxo circular serve para elucidar a noção de "racionalidade geral da atividade econômica coletiva". Na verdade, o total de bens e serviços produzidos em um período econômico dado, não é o resultado consciente e esperado da atividade econômica integrada e sistemática da comunidade. Cada um compra por si próprio, e vende por ele mesmo. Contudo, as ações individuais estão enquadradas na "organização social" vigente. É como se houvesse uma "produção social", pois cada agente aporta a sua contribuição individual a um grande depósito comum, para recebê-la de volta sob outra forma:

"A cada contribuição corresponde, em alguma parte do sistema, um direito de outro indivíduo; a parte que corresponde a cada qual se encontra preparada para sua entrega em algum ponto. E como todos sabem por experiência com quanto devem contribuir, para obter o que desejam, tendo em conta que a condição de cada participação supõe uma contribuição, se fecha o fluxo circular do sistema, devendo compensar-se todos os aportes e participações, qualquer que seja o sistema pelo qual se haja realizado a distribuição" (8).

O desenvolvimento como ruptura do fluxo circular

Como vimos, a imagem do "fluxo circular" é apenas um artifício analítico para mostrar a circularidade do sistema eco

nômico e para demonstrar a existência de uma racionalidade global do sistema, que é condicionada por circunstâncias objetivas de "aporte/retribuição" do agente individual ao "produto social", e não por conceitos subjetivos de motivação individual. Sem embargo, fluxo circular não é sinônimo de imobilismo.

De fato, mesmo nas condições de fluxo circular, se admite a mudança dos dados circunstanciais, obrigando a adaptação do agente econômico à nova situação. No entanto, como a inércia é no sentido da manutenção dos métodos habituais, o sistema econômico continua atado ao estado anterior de coisas, e, por conseguinte, não há excedente:

"Os custos são, então, em essência, totais de preços dos serviços da terra e do trabalho. E esses totais de preços devem ser sempre iguais às rendas obtidas pelos produtos. Nesta medida, portanto, a produção deve fluir sem lucros ... Isto não significa, como é natural, que o sistema econômico produza sem resultados, no caso de encontrar-se em perfeito equilíbrio, mas somente que os resultados vão parar em sua totalidade aos fatores produtivos originários... Em consequência, não pode existir lucro líquido, porque o valor e o preço dos serviços produtivos originários absorverão sempre o valor e preço do produto"⁽⁹⁾.

Nesse esquema, a remuneração do dono da empresa é considerada como pagamento correspondente ao uso do capital ou ao trabalho de administração, ou a ambos conjuntamente, mas nunca como lucro ou excedente. No fluxo circular, só se concebe uma espécie de excedente, na forma de "quase-renda marshalliana, que surge incidentalmente quando as adaptações a novas situações, criadas pela variação espontânea dos dados, requerem algum tempo. Durante esse período excepcional de ajuste, os rendimentos de alguns bens perdem qualquer conexão com os custos e os preços oscilam sem que se possa fazer nada do ponto de vista da oferta. Enfim, dentro da lógica do fluxo circular, unicamente nessa circunstância especial, o rendimento de um bem pode ser mais elevado ou mais baixo que o

preço total dos serviços da terra e do trabalho, nele contidos.

Para Schumpeter, o excedente verdadeiro só aparece quando o sistema econômico se modifica por sua própria iniciativa. O fluxo circular se rompe, e ocorre o desenvolvimento, com a modificação na combinação dos fatores produtivos, não como um processo passivo de adaptação aos dados circunstanciais cambiantes, mas como impulso espontâneo gerado internamente, sendo o empresário, portador desse mecanismo de mudança.

Essa tese compreende dois postulados: a produção, em si, não cria valor; o que cria valor é o trabalho diretivo que empreende a Inovação.

O primeiro é explicitado sumariamente. A produção limita-se a controlar ou a atuar sobre coisas e forças existentes, tanto do ponto de vista econômico como tecnológico. Assim, cada processo de produção significa uma "combinação definida de forças produtivas", existindo diferenças de natureza entre a combinação econômica e a tecnológica. A econômica trata de compatibilizar necessidades e meios disponíveis, ao passo que a tecnológica tenta buscar a melhor forma de produção, a partir do que já foi decidido em termos econômicos. Em outras palavras, as condições econômicas vigentes determinam o processo econômico, e o processo técnico só cria métodos produtivos sem romper o processo econômico que o condiciona.

O segundo implica num processo analítico brilhante de abstrações sucessivas, totalmente heterodoxo em relação a teoria convencional, como veremos a seguir.

Empresário inovador: o criador de valor

O processo analítico redutor de Schumpeter, para justificar o papel do empresário-inovador, se realiza a três níveis sucessivos: (a) a delimitação do campo da análise econômica; (b) a caracterização do trabalho como fonte geradora de valor; (c) a identificação do trabalho diretivo.

A delimitação do campo da análise econômica parte da premissa de que o processo econômico, ao mesmo tempo que integra o processo social, não se confunde com ele. A diferenciação é bem nítida, pois o processo econômico trata exclusivamente de atividades de produção e aquisição de bens e serviços para a satisfação das necessidades, constituindo uma unidade conceitual indivisível. Neste sentido, na investigação da relação entre diversos fenômenos e fatos econômicos, a função do analista econômico cessa, quando identifica um elemento não econômico como fator causal. Se o fator causal ainda é um elemento econômico, deve-se prosseguir na análise, até defrontar-se com um elemento não econômico. Aí, deve-se ceder o passo a outras disciplinas.

A partir dessa delimitação visivelmente restrigente e, ao mesmo tempo, indeterminante - pois dificilmente podemos abstrair todo e qualquer componente econômico de um fenômeno social - Schumpeter tenta caracterizar o "trabalho", como a categoria econômica mais simples, ou seja, a fonte geradora de valor.

Ele supõe uma classificação geral dos bens econômicos por "ordens", segundo a distância que os separa do ato final de consumo. Os de consumo imediato são de "primeira ordem", aqueles, de cuja combinação surgem os de "primeira ordem", são bens de "segunda ordem", e assim, sucessivamente, prosseguindo até ordens cada vez mais elevadas e remotas. Quanto mais se elevam na hierarquização ordenada, os bens tornam-se menos concretos e incorporam cada vez menos especialização; e quanto mais amplos forem os seus usos potenciais, tanto mais geral será o seu significado. Assim, chega-se à "terra" e ao "trabalho" como bens de ordem suprema.

"Se ascendemos, portanto, na hierarquia dos bens, chegamos finalmente aos que, para nossos propósitos, são elementos últimos da produção. Que estes elementos são os dons naturais, "terra" e "trabalho", ou seja, os serviços da terra e do trabalho não devem requerer nenhuma explicação especial. Todos os demais bens "consistem" de um e, em geral, de ambos. Podemos reduzir todos os bens em "terra e trabalho", no

sentido de que podemos considerá-lo como pacotes de serviços da terra e trabalho" (10).

A terceira fase do seu processo analítico redutor, isto é, a identificação do "trabalho diretivo", - e não do "trabalho" puro e simples - como a única fonte geradora de valor, culmina com um brilhante - porém, intrincado - silogismo.

Após emparelhar o "trabalho" com a "terra", como bens de hierarquia suprema, Schumpeter trata de distinguir o "trabalho diretivo" do "trabalho dirigido":

"Em primeiro lugar, o trabalho diretivo se situa mais alto na hierarquia do organismo produtivo. Essa direção e inspeção do "trabalho dirigido" parece levantar o "trabalho diretivo" por cima dos demais. O "trabalho dirigido" se encontra simplesmente ao par com a "terra" tendo a mesma função que esta. Do ponto de vista econômico, o trabalho diretivo se situa numa posição proeminente, em relação ao trabalho dirigido e à utilização da terra. Constitui, de certo modo, um terceiro fator produtivo. E as outras características, que o separam do trabalho dirigido, parecem constituir sua própria natureza: o trabalho diretivo tem algo de criador, no sentido de que estabelece seus próprios fins" (11).

Em seguida, tenta demonstrar que no "fluxo circular" não há excedente, ou seja, criação de valor constatando-se, por sua vez, a ausência do "trabalho diretivo". Essa correlação é empregada tautologicamente: a inexistência do excedente no fluxo circular está relacionada à ausência do trabalho diretivo, bem como a ruptura do fluxo circular está vinculada à intervenção do trabalho diretivo.

"... na medida em que os indivíduos, em sua conduta econômica, se limitam a derivar conclusões de circunstâncias conhecidas e isso é pre

cisamente do que nos ocupamos aqui, e do que sempre se há ocupado a economia - carecem de importância se dirigem ou são dirigidos ... Os meios de produção e o processo produtivo não possuem um chefe real, ou melhor dito, seu verdadeiro chefe é o consumidor. Os homens que dirigem negócios não fazem senão o que lhes é prescrito, pelas necessidades ou pela demanda, e pelos meios e métodos dados de produção... Os dados que governam o sistema econômico no passado são conhecidos e, se permanecem invariáveis, continuará também o sistema sem variação... (12)

Para Schumpeter, nem todo "dirigente de empresa" é empresário, ou seja, exerce um "trabalho diretivo". Um indivíduo é empresário, somente na medida em que está buscando novas combinações de meios de produção; no instante em que põe o seu negócio em andamento e passa gerí-lo igual aos outros, deixa de sê-lo.

A marca peculiar do "empresário" é a inovação, e do "gerente", a inércia. Normalmente, o gerente prefere a rotina, para não estar carente de dados e informações que orientem suas decisões. Ele sente aversão por novos empreendimentos, cujo caráter original e pioneirista é sinônimo de riscos incalculáveis. O próprio meio social, que se sustenta sobre costumes e tradições, tende a rechaçar as iniciativas inéditas.

"Levar adiante um novo plano ou atuar conforme os costumes são coisas tão distintas quanto fazer um caminho ou simplesmente recorrê-lo" (13).

2. DESENVOLVIMENTO E TEORIA DOS CICLOS

2.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O câmbio da forma da função de produção

Para Schumpeter, "empresa" é sinônimo de realização de novas combinações dos meios de produção, e "empresário" é o indivíduo encarregado de dirigir tal realização. Uma "nova combinação" - que equivale a uma nova "função de produção" - caracteriza-se, não pela variação quantitativa dos "fatores" que participam da "função de produção", mas pela mudança da própria forma da "função". Nessas condições, o desenvolvimento é assim conceituado:

"Entendemos por desenvolvimento somente as mudanças da vida econômica que não tenham sido impostas desde o exterior, mas que tenham uma origem interna. Se não existem tais alterações, procedentes da esfera econômica, e o fenômeno que denominamos desenvolvimento econômico está fundado, na prática, simplesmente no fato de que os dados se alteram, e a economia se adaptando continuamente a eles, afirmamos que não existe desenvolvimento econômico ... Tampouco se chamará aqui processo de desenvolvimento ao mero crescimento da economia, refletido pelo crescimento da população e da riqueza, pois não representa fenômenos qualitativamente diferentes, mas somente processos de adaptação, da mesma classe que os câmbios dos dados naturais" (14).

Neste sentido, teoria de desenvolvimento é estudo do fenômeno de câmbio espontâneo e descontínuo que altera o equilíbrio, ou seja, é a análise do mecanismo perpétuo de deslocamento dos elementos econômicos desde o estado precedente.

Em suma, o mecanismo de câmbio é perpétuo e sem retrocesso; não obstante, para que se caracterize o desenvolvimento, é preciso que o deslocamento seja descontínuo e provocado pe

lo empresário. As necessidades não partem espontaneamente do consumidor; é o produtor quem ensina o consumidor a necessitar novas coisas, ou coisas que diferem em algum aspecto das já existentes. A idéia da "soberania do consumidor" e de que o aparato produtivo se adapta à sua pressão, existem na imagem de fluxo circular, mas não correspondem à realidade concreta. É o produtor quem impõe as "novas combinações de materiais de forças", que são da seguinte ordem:

- a) a introdução de um novo bem;
- b) a introdução de um novo método de produção;
- c) a abertura de um novo mercado;
- d) a conquista de uma nova fonte de aprovisionamento de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados;
- e) a criação de uma nova organização para a constituição de uma posição de monopólio ou para a anulação dessa posição existente.

Inovação: o fator de câmbio espontâneo

Observe-se que, Schumpeter concede o caráter de espontaneidade a esses fatores de câmbio, justamente porque são manejáveis pelo empresário. Ele distingue fatores externos e internos de desenvolvimento econômico, e descarta os primeiros, por considerá-los não suscetíveis de um tratamento analítico sistemático. Tais fatores externos, os causantes espúrios de deslocamentos descontínuos, são constituídos por elementos da natureza com inundações e terremotos, por acontecimentos excepcionais como guerras e epidemias ou por medidas de política de índole errática.

Os fatores internos sofrem, por sua vez, uma triagem rigorosa. As mudanças no gosto dos consumidores não se constituem em fator interno espontâneo, já que, em grande medida, é consequência da ação dos produtores. Quando às mudanças na quantidade e qualidade dos recursos produtivos, elas se resumem no aumento da população e do fundo de bens de produção. Ora, o aumento populacional não pode ser considerado como fator interno de desen

volvimento, na medida em que não se estabelece uma relação unívoca com o aumento do produto - muitas vezes ocorre o contrário, isto é, diminuição do produto per-capita. Quanto ao aumento de bens de produção, isto pode significar tão somente um crescimento gradual da economia, dentro do esquema teórico do fluxo circular, e não o desenvolvimento propriamente dito. O crescimento, no sentido de uma mera adição de pessoas e bens, não pode continuar indefinidamente, desde que aceitemos a premissa da tendência ao rendimento decrescente, em condições de constância dos métodos de produção.

"O rudimento de uma teoria pura do desenvolvimento, que encontramos na doutrina tradicional da formação de capital, sempre se refere somente à poupança e à inversão adicional anual que esta provoca. Não há nada falso nessa afirmação, mas passam por alto coisas muito mais importantes. O aumento lento, mas contínuo no tempo, da oferta de meios produtivos e de poupança, é indubitavelmente um fator importante na explicação do curso da história econômica, através dos séculos, mas se ofusca completamente pelo fato de que o desenvolvimento consiste primariamente no emprego, em forma distinta, dos recursos existentes, em fazer coisas novas com eles, sem que importe se aumentam ou não a ditos recursos... Os distintos métodos de emprego, e não de poupança ou de aumentos da quantidade do trabalho, têm mudado a face do mundo econômico nos últimos cinquenta anos. O aumento da população em especial, mas também dos recursos dos quais se pode poupar, se fez possível, em grande medida, pelo emprego distinto dos meios existentes" (15)

Portanto, a inovação é o fator de câmbio espontâneo, na medida em que significa realização de modificações na forma vigente da "função de produção", por iniciativa do empresário. Neste sentido, a abertura de novos mercados e a constituição ou destituição de uma posição monopolística, não se definem como inova-

ção propriamente dita, mas como formadores de condições para a atuação da inovação.

A mobilização de recursos para a realização da inovação

A atuação da inovação, além da motivação subjetiva do empresário e das condições objetivas, propícias, requer um fundo de recursos para ativar meios de produção.

Observe-se que a teoria convencional é inconsistente na explicitação do mecanismo de mobilização de recursos para desencadear o desenvolvimento. Por definição, no estado em equilíbrio, não há excedente. Portanto, teoricamente, o estado em equilíbrio, não origina o processo desenvolvimentista. Os investimentos adicionais são explicados estaticamente, justificando o "estado estacionário". Assim, o empresário só realiza investimentos, de maneira restritiva, e em apenas dois casos. Primeiro, se ele já possui recursos que podem ser transformados imediatamente em meios de produção. Segundo, se possui bens disponíveis que podem ser convertidos em recursos para adquirir os meios necessários.

Schumpeter, sem nenhum constrangimento próprio dos ortodoxos, assumiu a importância da função exercida pelo sistema de crédito e do poder de compra criado pela Banca, no processo de desenvolvimento, assinalada originalmente por Hilferding⁽¹⁶⁾. Quanto ao crédito, ele diz:

"(A retirada de meios produtivos do fluxo circular, para alocá-los na abtenção de novas combinações) consegue-se através do crédito, mediante o qual aquele que queira realizar uma nova combinação, pode oferecer mais que antes, permanecendo com os meios de produção necessários. E este processo não pode ser descrito inteiramente em termos de bens, apesar de que o seu significado reside num movimento de bens, de seus antigos usos aos novos que se lhes haja alocado, pois seria tanto como desconhecer algo essencial, que ocorre na esfera do dinheiro e do crédito

to, do qual depende a explicação de fenômenos importantes na forma capitalista da organização econômica, em contraste com outros tipos (17).

Essa explanação é assaz deficiente. Aponta-se com acerto, a importância do crédito no processo de desenvolvimento econômico, mas, praticamente, não se aclara o mecanismo do seu funcionamento. Esse mecanismo só fica nítido no brilhante razoado de Hilferding, que conceitua com grande precisão o aparecimento do "capital fictício" e o processo de centralização do capital. Pode-se dizer o mesmo em relação ao "poder de compra criado pela Banca", cuja explicação tentada por Schumpeter só se torna inteligível com o conceito de "lucro do fundador", de Hilferding. Schumpeter diz:

"(A criação do poder de compra pelos bancos) trata sempre, não de transformar o poder de compra que já esteja existindo em posse de alguém, mas sim da criação, a partir do nada, do novo poder de compra que se junta à circulação existente. Do nada, pois, o contrato de crédito pelo qual se cria o novo poder aquisitivo está sustentado em valores que não são, por sua vez, meios circulantes. E esta é a fonte que serve para financiar correntemente as novas combinações, e da qual teriam que financiar-se sempre, se não, existira em qualquer momento o resultado de desenvolvimento precedente" (18).

2.2 A INEVITABILIDADE DO MOVIMENTO CÍCLICO

O movimento cíclico como a "forma" do desenvolvimento capitalista

O movimento cíclico nada mais é que a "forma" adotada pelo desenvolvimento no capitalismo. Ele representa a própria imagem do processo econômico, na medida em que o sistema de relações econômicas, em vez de escilar em torno de um ponto de equilíbrio, é radicalmente alterado seu curso evolutivo.

"É um fato que o sistema econômico não se move em tropeços e em forma contínua. Ocorrem retrocessos, movimentos contrários e incidentes de toda classe, que obstruem o caminho do desenvolvimento; existem rupturas no sistema econômico de valor, que o interrompem... O novo desenvolvimento arranca de condições diferentes e é em parte obra de homens novos: muitas esperanças e valores antigos se enterram para sempre, surgindo outros novos" (19).

A descrição do movimento cíclico

- a) partimos do momento em que um indivíduo tenha gerado a idéia de um novo produto, de um novo método de produção, ou pensado em conquistar um novo mercado, explorar uma nova fonte de matérias-primas e bens semi-manufaturados, ou maquinado a formação de uma nova organização de negócios;
- b) suporemos que esse indivíduo, eventualmente chamado de empresário inovador, tenha conseguido reunir recursos suficientes para mobilizar os meios necessários à concreção da idéia, ou seja realizar as novas combinações, modificando as formas convencionais de "funções de produção";
- c) o impacto da ação efetivada pelo empresário inovador não se restringirá ao seu campo de atuação individual. Ao romper com a situação vigente de equilíbrio, será logo seguido por imitadores;
- d) portanto, a ruptura do fluxo circular, em termos macro-econômicos, significa inicialmente, a ocorrência de dois fenômenos simultâneos: o aumento da demanda de bens de capital e o incremento do poder aquisitivo global;

- e) o primeiro é causado pelo aumento repentino no ritmo dos investimentos, em decorrência das mudanças nas "funções de produção";
- f) o segundo tem duas origens: o aumento salarial generalizado, em face da maior procura da mão-de-obra e a adição do poder de compra criado pela Banca, para possibilitar a mobilização de meios produtivos por parte dos empresários inovadores;
- g) por conseguinte, o aumento do preço de bens de capital e o subsequente aumento da produção, em razão de um aumento na sua demanda, é logo transbordado para outros setores: é o auge;
- h) não obstante, na medida em que os investimentos realizados maduram, isto é, quando os novos bens resultantes das novas funções de produção começam a aparecer no mercado, reverte-se a tendência;
- i) em primeiro lugar, ocorre a diminuição do poder de compra criado pela Banca em virtude da preocupação das empresas em devolver os empréstimos tomados com os recursos provindos da sua pró-pria operação, já em marcha;
- j) por outro lado, ocorre uma queda geral nos preços, como consequência do aumento da oferta, induzido na fase do auge;
- k) ao auge, inevitavelmente, segue-se a depressão.

A inerência da crise

Para Schumpeter, a crise é inerente ao próprio processo evolutivo ao capitalismo; fenômenos como a super-produção, a insuficiência da demanda efetiva ou de proporções setoriais, normalmente anunciados como sintomas de colapso econômico, são meras

manifestações do movimento cíclico. Este movimento é inevitável, pois, na introdução da inovação, surgem elementos que caracterizam o auge, vis-à-vis dos fatores que engendrarão a depressão.

"Apesar de aceitarmos a afirmação de Juglar de que a única causa da depressão é a prosperidade, o que significa que a depressão não é outra coisa que a reação do sistema econômico frente ao auge, ou adaptação do sistema à situação que é levada pelo auge, de forma que sua explicação está enraizada também na própria explicação do auge, sem embargo, a forma em que o auge conduz à depressão é já uma coisa em si" (20).

A geração simultânea dos elementos de auge e de depressão cabe exclusivamente ao caráter da oferta desencadeada pela inovação.

Em primeiro lugar, a ruptura do fluxo circular se faz através de novas combinações de meios de produção, que resultam em oferta adicional de bens. Para que se caracterize o processo de desenvolvimento, é preciso que o aparecimento das novas combinações seja descontínuo e extemporâneo, pois se for contínuo e gradual, a oferta adicional decorrente será absorvida normalmente no fluxo circular. Portanto, o início do desenvolvimento se caracteriza pelo aumento repentino da oferta, vis-à-vis da ocorrência de conturbações:

- a) a maioria das combinações inovadoras não procede de empresas antigas, mas de novas; durante algum tempo elas podem coexistir, mas a situação competitiva é insustentável;
- b) o aumento da demanda de bens de capital representa um incremento considerável de poder de compra em toda esfera econômica; isto produz ondas secundárias, que se difundem por todo o sistema econômico, e os bens de consumo têm seus preços cada vez mais elevados;

- c) muitos erros se cometem no início do auge, induzindo à necessidade da sua correção.

Em segundo lugar, o aumento da oferta, resultante de novas combinações, não só se verifica em intervalos irregulares, mas se caracteriza pela sua dimensão significativa, endossando as perturbações que irão ocorrer juntamente com a ruptura do fluxo circular. De fato, o auge não se representa somente pelo aparecimento do pioneiro que introduz novas combinações, mas pelo seguimento de uma massa de imitadores. Schumpeter indica várias evidências:

- a) o êxito do pioneiro abre caminho a vários, já que a dificuldade inicial, que é a inércia, foi vencida;
- b) a aparição com êxito de um novo empresário emulará um número cada vez maior de novos empresários, ainda que progressivamente menos qualificados;
- c) os pioneiros removem obstáculos não só dos setores a que vão pertencer, mas também de outros, por efeito de reação em cadeia;
- d) quanto mais se difundem as novas combinações produtivas e se removem os obstáculos, mais os requerimentos exigidos para outras combinações diminuem.

Em suma, o auge e a depressão são as duas faces de um mesmo fenômeno, que é o movimento cíclico. Na análise do desenvolvimento econômico não se pode falar de um, sem se referir a outro. O auge é provocado pelo aparecimento intempestivo de uma massa significativa de oferta adicional, cujas perturbações decorrentes, na medida em que não são absorvíveis regularmente, dão ensejo ao aparecimento inevitável da depressão, como o processo de sua retificação.

"A aparição de empresários em grupo exige um processo especial e característico de absorção, de incorporação de novas coisas, e a adaptação a elas do sistema econômico, um processo de liquidação ou, como já acostumava dizer antes, um processo de aproximação a uma nova situação estática. Esse processo é a essência das depressões periódicas que podem, portanto, ser definidas, no nosso ponto de vista, como a luta do sistema econômico para alcançar uma nova posição de equilíbrio, ou sua adaptação aos dados alterados pela perturbação produzida pela expansão"⁽²¹⁾.

2.3 O CARÁTER SALUTAR DO CICLO

A depressão: prenúncio da estabilidade e difusor dos frutos do auge

Já vimos que a depressão é o seguimento inexorável à ocorrência do auge. Não obstante, Schumpeter, além de apontar a inevitabilidade dos ciclos, mostra que esse movimento é necessário para o próprio prosseguimento da evolução econômica capitalista.

A idéia de que o processo de desenvolvimento capitalista "exige" a presença da depressão, tem por base dois princípios. Primeiro, o reinício do auge só ocorre a partir de nova situação de estabilidade, propiciada pela depressão. Segundo, a depressão é o fenômeno através do qual se difundem os frutos gerados no auge.

O primeiro princípio sustenta-se na presunção de que o empresário introduzirá inovações, dando início ao novo período de expansão, somente quando se sente suficientemente seguro no cálculo das novas combinações e na obtenção de recursos para realizá-las. Essa segurança não pode ser encontrada no período de caos, e sim no momento de estabilidade relativa. Entre duas expansões sempre haverá um intervalo de adaptação, de acomodação das consequências da aparição em grupo de novas combinações, de absorção

da oferta de uma massa adicional de novos bens. Terminada essa fase - que é a depressão - surgirá a estabilidade relativa, que, por sua vez, engendrará as condições para a introdução de novas inovações.

"Os velhos negócios - isto é, teoricamente todos os existentes, com exceção dos aparecidos durante a expansão e salvo aqueles que estão afastados do perigo por sua posição de monopólio, posse de vantagens particulares ou técnica superior duradoura - se encontram ante três possibilidades: decair, se são inadaptáveis por razões objetivas ou personais; recolher velas e tratar de sobreviver em uma posição modesta; enfim, dedicar-se a outro ramo da produção por seus próprios recursos ou com ajuda exterior, ou senão, adotar outros métodos comerciais ou técnicos que signifiquem a extensão da produção a um custo menor por unidade ⁽²²⁾.

A difusão dos frutos do progresso econômico através da depressão, confirma a idéia paradoxal de que a expansão, decorrente do auge, não coincide necessariamente com o sentido de prosperidade geral. O auge é uma ilusão de prosperidade, e a depressão é necessária, pois é nesse período que os frutos gerados na expansão, são difundidos mais amplamente.

De fato, durante a depressão, o fluxo de bens pode aumentar, o preço diminuir, a produção é reorganizada de maneira mais racional e os custos caem. A renda adicional decorrente do auge que, a princípio, só engrossava o volume de lucros, é redistribuída de maneira mais proporcional entre os diversos fatores da produção. As sequelas negativas, como as quebras de empresas, a desocupação tecnológica ou desemprego, são mais do que compensadas pelos efeitos positivos da depressão, e, no tempo, serão absorvidas pelo prosseguimento do processo de desenvolvimento.

"A natureza econômica da depressão reside na difusão dos resultados da expansão, através da

totalidade do sistema econômico pelo mecanismo de busca do equilíbrio. Somente as reações temporais, que só afetam parcial e localmente o sistema, ocultam essa característica fundamental e produzem a atmosfera expressada na palavra "depressão"; o mesmo pode-se dizer em relação às repercussões dos índices que não pertencem (pelo menos, de forma exclusiva) à esfera do dinheiro, crédito e preços e que não refletem, a deflação automática característica da "depressão" (23).

A anormalidade da recessão e a normalidade da depressão

Outra característica importante da teoria dos ciclos de Schumpeter, é a distinção entre "depressão propriamente dita" e "recessão". Ambos são momentos de reajuste e reabsorção do sistema econômico no seu curso evolutivo, mas a recessão representa o mecanismo anormal de auto-saneamento, ao passo que a depressão expressa a normalidade. O critério de distinção é bastante peculiar.

A depressão constitui o fenômeno normal de deparação econômica por dois motivos. Primeiro, porque a evolução dos fenômenos que a compõem, pode ser controlada, visando o estabelecimento da estabilidade relativa requerida para dar início ao novo auge. Segundo, porque é o difusor por excelência dos frutos gerados no auge precedente.

Por outro lado, a recessão, que aparece inicialmente como um simples prenúncio da depressão, pode configurar uma depuração perversa. Se os seus elementos - desmoronamento do sistema creditício e bancário, onda de quebras e concordatas - não forem retificados em tempo hábil, tomarão cursos indesejados e de trajetória incerta, com consequência nefasta para todo o sistema.

As quatro etapas do movimento cíclico

É nessas condições que Schumpeter propõe que, uma vez alcançado o auge, a depressão seja iniciada o quanto antes possível e concluída o mais rapidamente, pois, se a atuação dos elementos da recessão é permitida livremente, ou prolongada, o caos econômico se tornará irrefreável. A sua concepção do movimento cíclico em quatro etapas, esquematizada a seguir, é resultante dessa visão.

- 1º) o auge, que cria por si, a situação objetiva do seu próprio esgotamento;
- 2º) a recessão, cujo aparecimento é induzido pelo auge;
- 3º) a depressão, que se segue necessariamente ao auge;
- 4º) a estabilidade relativa ou ausência momentânea de desenvolvimento, que se chega após o esgotamento das instâncias de "recessão - depressão".

3. CRIAÇÃO DE VALOR, PROCESSO DE DISTRUIÇÃO CRIADORA E OLIGOPOLIZAÇÃO

3.1 CRIAÇÃO DE VALOR

A aproximação de Schumpeter com Marx pode ser resumida em dois pontos. Primeiro, ambos consideram a economia como um processo histórico sem retrocesso. Segundo, tanto Marx como Schumpeter, primeiro, concebem a abstração teórica de uma "situação estável", para, em seguida, ser posta em movimento; com este artifício, tenta-se explicitar, analiticamente, o mecanismo de desenvolvimento da economia.

Não obstante, a similaridade entre os dois é meramente formal. O esquema de "reprodução simples" marxista difere, no conteúdo, do "fluxo circular" schumpeteriano.

Para Marx, o esquema de reprodução simples não só inexiste na realidade, dando lugar à reprodução ampliada, como também é insustentável teoricamente. Devido à natureza intrinsecamente geradora de valor do trabalho, mesmo na reprodução simples se estaria criando valor, que se separa em salário e mais valía. Por conseguinte, invariavelmente, uma parte do produto social se reproduz. Em outras palavras, na economia capitalista, a mais-valía existe sempre, independentemente da acumulação e da mudança do método técnico, induzindo, permanentemente, o sistema a reproduzir-se ampliadamente.

Para Schumpeter, só se cria valor no momento da ruptura do fluxo circular. O fluxo circular se rompe com a modificação da forma vigente da função de produção, isto é, com a inovação introduzida pelo empresário. Passado o momento da inovação, ou seja, uma vez que o "empresário" transforma-se em "gerente", há simples continuidade do processo econômico, sem as características de desenvolvimento. Só há lucro na introdução da inovação, como contrapartida do "valor" criado pelo empresário; na simples continuidade do processo econômico, o lucro desaparece como categoria econômica, tomando a forma de remuneração do "gerente" ou de "quase-renda" marshalliano.

Portanto, o confronto "Marx-Schumpeter" é de essência. Schumpeter, ao apontar o "trabalho diretivo" como a única fonte geradora de valor, deixa de dizer que, quando o "trabalho" não estava dominado pelo "capital", qualquer categoria de trabalho, independentemente da sua adjetivação era criador por si, na medida em que ele mesmo estabelecia seus próprios fins.

Ademais, no decorrer do seu raciocínio analítico, Marx jamais baseou-se no conceito de equilíbrio. Schumpeter não abandona esse princípio legado do pensamento clássico, e, a sua imagem de "destruição criadora" nada mais é que a versão moderna da ficção de "estado estacionário", formulada por Marshall.

3.2 PROCESSO DE DESTRUIÇÃO CRIADORA

O "processo de destruição criadora" é a formulação extremamente engenhosa para abordar o desenvolvimento econômico,

sem, no entanto, abandonar o conceito clássico de "equilíbrio". O vigor do processo capitalista é mantido graças ao movimento cíclico que depura periodicamente a atividade econômica.

Sem embargo, não se deve confundir o conceito de "preservação do vigor econômico do capitalismo" com a "melhoria no mecanismo de satisfação das necessidades humanas". A sucessão cíclica não necessariamente conduz à uma situação "superior" em que haja maior fluxo de bens e serviços, uma organização mais racional da produção e melhor repartição da renda gerada. Como afirma, o próprio Schumpeter:

"Nas circunstâncias sugeridas, o equilíbrio, se finalmente conseguido através de métodos extremamente dispendiosos, não mais garante nem a existência do pleno-emprego nem da produção máxima possível, no sentido imaginado pela teoria da concorrência perfeita. O equilíbrio pode existir sem o pleno emprego; tem que existir, ao que parece, em um nível de produção abaixo do limite máximo, porque a estratégia da conservação dos lucros, impossível nas condições de concorrência perfeita, torna-se agora somente possível, mas se impõe" (24).

Para ele, a preservação do vigor do processo econômico, tem um sentido bastante especial. Ela significa que o sistema capitalista sempre continuará viável economicamente, o seu desenvolvimento não encontrará limites do ponto de vista estritamente econômico, e nunca haverá uma "crise geral do capitalismo", tal como previu Marx, em razão da "tendência declinante da taxa de lucro".

"A tese que nos esforçamos em provar é que as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a idéia de sua derrocada sob os efeitos do colapso econômico, mas também que, por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam - inevitavelmente - as condições em que não lhe serão pos

sível sobreviver e que apontam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo" (25).

3.3 OLIGOPOLIZAÇÃO

Em suma, a manutenção desse mecanismo expressa duas tendências contraditórias do capitalismo: a consolidação do sistema oligopolista, que, por sua vez, engendra fatores não econômicos de natureza anti-capitalista.

O primeiro é mostrado claramente por Schumpeter:

"Devemos reconhecer que a grande empresa transformou-se no mais poderoso motor de progresso econômico e, em particular, da expansão a longo prazo da produção total, não apenas a despeito, mas em grande parte devido a essa estratégia que parece tão restritiva, quando estudada em casos individuais e do ponto de vista de uma determinada época" (26).

Isso significa que o impacto do mecanismo saneador do movimento cíclico, consubstanciado no processo de destruição criadora, incide desigualmente sobre o sistema econômico. A depuração do excesso provocado pelo auge econômico, quase sempre atinge o empresariado mais débil e independente, destruindo e subordinando as pequenas e médias empresas, que representam a base institucional e política do próprio capitalismo. Sem embargo, entre essa constatação e o vaticínio da transição ao socialismo, existe um enorme abismo teórico. A abordagem schumpeteriana possui tal falácia, justamente porque continua atada ao conceito de "equilíbrio", como vemos nessa afirmação final:

"No caso geral do oligopólio, não há, na verdade, equilíbrio determinado algum, apresentando-se, sim, a possibilidade de que possa desenvolver uma sequência interminável de marchas e contra-marchas e um estado de luta eterna entre as firmas... Em segundo lugar, não somente é mui

to difícil alcançar o equilíbrio do que na concorrência perfeita, além de ser mais difícil mantê-lo, mas parece que a concorrência "benéfico" do tipo clássico será facilmente substituída por uma concorrência predatória e exteminante, ou simplesmente por lutas pela predominância na esfera financeira" (27).

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) - Bibliografia específica, comparando Schumpeter com Marx, e rara. Recomenda-se o seguinte livro: Labini, Paolo Sy los "PROBLEMI DELLO SVILUPPO ECONOMICO", Ediciones Laterza, Bari, 1970.
- (2) - Schumpeter, Joseph A. "CAPITALISM, SOCIALISM AND DEMOCRACY", tradução portuguesa de Ruy Jungmann, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, pág. 175/176.
- (3) - Schumpeter, op. cit. pág. 105.
- (4) - Schumpeter, Joseph A. "TEORIA DEL DESENVOLVIMIENTO ECONOMICO", vertido ao espanhol por Arrarte, J. Prados, Fundo de Cultura Econômica, México, 1967, pág. 73, tradução do autor.
- (5) - Schumpeter, op. cit. pág. 9.
- (6) - Ibid., pág. 71.
- (7) - Ibid., pág. 20/21/22.
- (8) - Ibid., pág. 23.
- (9) - Ibid., pág. 43.
- (10) - Ibid., pág. 30.
- (11) - Ibid., pág. 33.
- (12) - Ibid., pág. 34.
- (13) - Ibid., pág. 95.
- (14) - Ibid., pág. 74.
- (15) - Ibid., pág. 79.

- (16) - Hilferding, Rudolph. "EL CAPITAL FINANCIERO", versão ao espanhol da Editorial Tecnos, Madrid, 1963.
- (17) - Schumpeter, J.A. "TEORIA DEL DESENVOLVIMIENTO ECONÔMICO" op. cit., pág. 82.
- (18) - Ibid., pág. 83.
- (19) - Ibid., pág. 217.
- (20) - Ibid., pág. 224.
- (21) - Ibid., pág. 231.
- (22) - Ibid., pág. 241.
- (23) - Ibid., pág. 250.
- (24) - Schumpeter, J.A. "CAPITALISM, SOCIALISM AND DEMOCRACY", op. cit., pág. 101.
- (25) - Ibid., pág. 80.
- (26) - Ibid., pág. 133.
- (27) - Ibid., pág. 101.

